



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
ASSESSORIA CLIC

RELATÓRIO

1. **PROCESSO: 21000.042507/2025-77**

1.1. Tratam-se os autos do Pregão Eletrônico, sob o n.º 90024/2025, para aquisição de máquinas e equipamentos da linha amarela para o MAPA e os convenientes executores da ação 20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.

1.2. O item **23** teve proposta apresentada pela empresa **XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA** inscrita no CNPJ 14.707.364/0001-10 (SEI49326106), no qual após análise pela Equipe de Planejamento da Contratação - EPC, aceitou e a habilitou, conforme Despachos 14 e 22 (SEI 49346675 e 49358725).

2. **PARTES**

2.1. **RECORRENTE:** MAQCAMPO SOLUÇÕES AGRICOLAS S/A inscrita no CNPJ 00.970.771/0003-73, SEI 49446128;

2.2. **RECORRIDA:** XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA inscrita no CNPJ 14.707.364/0001-10, SEI 49532758.

3. **DAS PRELIMINARES**

3.1. Em sede de admissibilidade recursal, foram preenchidos, por parte da Recorrente, os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação e tempestividade, com fundamento no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

4. **DAS FORMALIDADES LEGAIS**

4.1. Na sessão pública do Pregão em referência, realizada em 29/12/2025, a Recorrente intencionou interposição de recurso para demonstrar sua irrevogação, restando estabelecida a data de 02/01/2026 como prazo final para apresentação de recurso, tendo sido apresentadas as razões do recurso no prazo estabelecido.

4.2. Preenchidos também os demais requisitos doutrinários, pois a petição é fundamentada e contém o necessário pedido de modificação da decisão de habilitação do fornecedor **XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA** inscrita no CNPJ 14.707.364/0001-10, que motivou o recurso em face às suas alegações.

4.3. Verifica-se, portanto, a tempestividade e a regularidade do presente recurso, atendendo ao previsto no item 13 do instrumento convocatório - Edital 90024-2025 - (SEI 48875943), nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.,

5. **DAS RAZÕES RECURSAIS**

5.1. A RECORRENTE insurge-se contra a decisão do Pregoeiro quanto à

habilitação do fornecedor **XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA** inscrita no CNPJ 14.707.364/0001-10, alegando em termos gerais que:

II – DOS FATOS RELEVANTES

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa MAQCAMPO SOLUÇÕES AGRÍCOLAS S/A, em face do julgamento que habilitou e adjudicou os itens 11 e 23 do Pregão Eletrônico nº 90024/2025, Processo Administrativo Nº 21000.042507/2025-77, à empresa XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA., no âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA.

A Recorrente sustenta a existência de inconsistências técnicas relevantes relacionadas à potência do motor, à Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor – LCVM, à ausência de ensaios e certificações ambientais e à não comprovação inequívoca da nacionalidade do equipamento.

A empresa XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA., sagrou-se vencedora, dentre outros, do item 23 do certame, cujo objeto consiste, respectivamente, em:

Item 23 – Trator Agrícola - Com exigências igualmente claras:

- Ano/modelo 2025 ou posterior, zero horas;
- Tração 4x4;
- Potência limitada entre 70 CV e 80 CV;
- Cabine fechada com ar-condicionado;
- Transmissão com mínimo de 10 marchas à frente e 10 à ré;
- Garantia mínima de 12 meses.

Todavia, graves inconsistências técnicas e documentais foram verificadas na fase de habilitação da empresa vencedora XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA, as quais maculam a legalidade do julgamento e impõem a necessidade de diligência e revisão do resultado.

III – DAS IRREGULARIDADES NA APRESENTAÇÃO DA LCVM (LICENÇA PARA USO DA CONFIGURAÇÃO DE VEÍCULO OU MOTOR)

1. Da estranheza quanto à emissão e à validade da LCVM apresentada

A empresa XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA., apresentou Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (LCVM) emitida nos últimos dias do mês de dezembro. Todavia, ao proceder à consulta pública junto à base oficial do IBAMA, verifica-se que o referido documento não contém informações essenciais para a verificação de sua regularidade, notadamente:

- ausência de dados técnicos do equipamento;
- inexistência de identificação clara e inequívoca do motor certificado;
- impossibilidade de correlacionar o documento ao modelo efetivamente ofertado na licitação.

A falta dessas informações impede a conferência objetiva da compatibilidade entre a LCVM apresentada e o equipamento licitado, comprometendo a verificação do atendimento às exigências ambientais e técnicas estabelecidas no edital.

Tal irregularidade afronta diretamente o item 4.2.4 do Edital, que exige a apresentação de LCVM válida, regular e compatível com o equipamento ofertado, bem como viola o disposto no art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que impõe à Administração a exigência de comprovação da qualificação técnica de forma clara, objetiva e verificável.

Dessa forma, não se trata de mera formalidade sanável, mas de falha material que compromete a própria validade da habilitação.

2. Da obrigatoriedade de diligência pela Administração

Diante da dúvida objetiva, concreta e fundada quanto à regularidade da LCVM apresentada, não é lícito à Comissão de Licitação convalidar o documento sem prévia verificação técnica.

Nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, a Administração tem o dever jurídico de instaurar diligência, especialmente quando a documentação apresentada não permite a aferição segura do atendimento às exigências editalícias.

Nesse contexto, impõe-se a realização de diligência junto ao IBAMA, órgão emissor da LCVI, a fim de:

- confirmar a autenticidade e validade do documento;
- verificar a correspondência entre a LCVI, o motor certificado e o modelo ofertado;
- afastar qualquer dúvida quanto ao atendimento às fases do PROCONVE.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é pacífica nesse sentido:

“É dever da Administração realizar diligências sempre que houver dúvida relevante quanto à regularidade da documentação apresentada, sob pena de violação aos princípios da legalidade e da seleção da proposta mais vantajosa.” (Acórdão TCU nº 1.793/2011 – Plenário)

Assim, a ausência de diligência diante da inconsistência identificada nos documentos apresentados pela XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA, configura violação aos princípios da legalidade, do julgamento objetivo e da segurança jurídica, impondo a revisão do ato de habilitação.

IV – DA DIVERGÊNCIA GRAVE E MATERIAL QUANTO À POTÊNCIA DO MOTOR (ITEM 23)

4.1 – Da vinculação objetiva às especificações técnicas do edital

O Termo de Referência do item 23 estabeleceu, de forma expressa, objetiva e vinculante, que o trator agrícola deveria possuir potência limitada entre 70 CV e 80 CV, critério técnico que integra o próprio núcleo do objeto licitado.

Nos termos do art. 5º, caput, e art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública está estritamente vinculada às condições previamente definidas no edital, sendo vedada a aceitação de proposta que não atenda integralmente às especificações técnicas estabelecidas.

4.2 – Da contradição técnica insanável apresentada pela licitante vencedora

Verifica-se contradição objetiva e documentada quanto à potência do motor do equipamento ofertado pela XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA.

A empresa participou com o modelo XT804-5EBR

O edital exige trator com Potência limitada entre 70 CV e 80 CV, porém, no site oficial do próprio fabricante XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA., divulga que o modelo XT804-5EBR possui potência de 100 CV.

Tal divergência não configura falha formal ou mero erro material, mas sim inconsistência técnica substancial, pois atinge característica essencial do equipamento, diretamente relacionada à conformidade do objeto com o edital.

O Tribunal de Contas da União possui entendimento pacífico de que informações técnicas conflitantes inviabilizam a aceitação da proposta:

“A apresentação de informações técnicas contraditórias quanto às características do objeto ofertado compromete a confiabilidade da proposta e impõe a inabilitação do licitante.” (Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário)

4.3 – Da descaracterização do objeto e violação à isonomia

A eventual aceitação de equipamento com potência superior ao limite máximo previsto no edital configura descaracterização do objeto licitado, prática expressamente vedada pelo TCU.

Nesse sentido, o Tribunal já decidiu que:

“A aceitação de produto com especificação superior ou diversa da prevista no edital caracteriza afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e enseja a anulação do certame.” (Acórdão TCU nº 1.214/2019 – Plenário)

A divergência substancial quanto à potência do motor do equipamento

ofertado pela empresa vencedora viola frontalmente os princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório, pilares estruturantes do regime jurídico das licitações públicas.

O princípio da isonomia, previsto no art. 5º, caput, e reiterado no art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, impõe que todos os licitantes sejam avaliados sob as mesmas condições técnicas e jurídicas, vedando-se qualquer flexibilização posterior das regras editalícias em benefício de determinado concorrente.

No caso concreto, o edital limitou expressamente a potência do trator agrícola entre 70 CV e 80 CV, condição técnica que orientou a formulação das propostas e definiu o universo de potenciais participantes do certame. A eventual aceitação de equipamento cuja potência excede o limite máximo estabelecido configura tratamento desigual, na medida em que:

- outros licitantes podem ter deixado de participar ou sido inabilitados por não possuírem equipamento dentro desse intervalo de potência;
- a Administração altera, de forma indireta e posterior, o critério técnico originalmente imposto, beneficiando indevidamente a licitante vencedora;
- compromete-se a paridade de armas entre os concorrentes, núcleo essencial da isonomia.

O Tribunal de Contas da União é firme no sentido de que qualquer relativização das especificações editalícias após a abertura das propostas viola a isonomia:

“A flexibilização de exigências técnicas previstas no edital após a apresentação das propostas caracteriza ofensa ao princípio da isonomia e enseja a nulidade do certame.” (Acórdão TCU nº 1.550/2014 – Plenário)

Paralelamente, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, consagrado no art. 5º, inciso IV, e art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, impõe à Administração e aos licitantes estrita observância às regras do edital, que passa a vincular o procedimento como verdadeira lei interna da licitação.

A aceitação de proposta com características técnicas divergentes ou contraditórias em relação ao edital configura afronta direta a esse princípio, conforme entendimento reiterado do TCU:

“A Administração está estritamente vinculada às regras do edital, sendo vedada a aceitação de proposta que não atenda integralmente às especificações técnicas nele previstas.” (Acórdão TCU nº 2.731/2015 – Plenário)

No presente caso, admitir equipamento cuja potência real não está inequivocamente demonstrada dentro do intervalo licitado representa verdadeira alteração do objeto, prática vedada pelo ordenamento jurídico e reiteradamente rechaçada pelos órgãos de controle.

Assim, a manutenção da habilitação da empresa vencedora, sem a devida comprovação técnica, subverte a lógica do certame, fragiliza a segurança jurídica e impõe risco concreto de nulidade, com potenciais repercussões para a Administração Pública e para os gestores responsáveis.

Além disso, permitir a permanência de licitante que oferta equipamento potencialmente fora dos limites estabelecidos viola o princípio da isonomia, pois outros concorrentes podem ter sido excluídos ou não participado do certame justamente em razão da limitação técnica imposta.

4.4 – Do impacto ambiental e da incompatibilidade com o PROCONVE

A divergência quanto à potência do motor também possui relevância ambiental, uma vez que motores com potência superior:

- submetem-se a parâmetros distintos de enquadramento ambiental;
- podem exigir outra fase de certificação no âmbito do PROCONVE;
- demandam LCVM específica, com ensaios próprios.

A Resolução CONAMA nº 433/2011, bem como os atos normativos do IBAMA relativos ao PROCONVE MAR-I, estabelecem que a certificação ambiental é

indissociável da potência e da configuração do motor, sendo inadmissível a extrapolação dos limites certificados.

Assim, a ausência de certeza quanto à potência real do motor impede a comprovação do atendimento ambiental exigido pelo edital, violando os itens 4.2.3 e 4.2.4.

4.5 – Dos precedentes de anulação de pregões por divergência técnica quanto às especificações do objeto

O Tribunal de Contas da União possui precedentes reiterados e específicos no sentido de que divergências técnicas relevantes entre catálogos, declarações do licitante, informações oficiais do fabricante e certificações ambientais configuram vício insanável, capaz de macular a habilitação e ensejar a anulação do certame.

Em situação análoga à dos autos, o TCU determinou a anulação de pregão eletrônico no qual o equipamento ofertado apresentava inconsistência entre a potência declarada e os dados oficiais do fabricante, por caracterizar descaracterização do objeto licitado:

“A divergência entre as características técnicas do equipamento ofertado e aquelas divulgadas oficialmente pelo fabricante compromete a confiabilidade da proposta e enseja a nulidade do certame, por afronta ao princípio da vinculação ao edital.” (Acórdão TCU nº 3.083/2016 – Plenário)

Em outro precedente, envolvendo máquinas e equipamentos com exigência de certificação ambiental, o Tribunal reconheceu que a ausência de compatibilidade inequívoca entre a licença ambiental apresentada e o modelo efetivamente ofertado constitui irregularidade grave:

“A aceitação de licença ambiental sem correspondência clara com o modelo e a configuração do equipamento ofertado configura falha material, impondo a anulação do (Acórdão TCU nº 1.214/2019 – Plenário)

No Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário, o Tribunal analisou pregão eletrônico para aquisição de equipamentos automotivos e concluiu pela ilegalidade da habilitação, em razão de informações técnicas contraditórias constantes do catálogo e da documentação do fabricante, destacando que:

“A Administração não pode aceitar proposta cuja conformidade técnica dependa de presunção ou interpretação subjetiva, sob pena de violação aos princípios da isonomia e do julgamento objetivo.”

Há ainda precedente específico em que o TCU reconheceu que divergências relativas à potência do motor impactam diretamente o enquadramento ambiental no PROCONVE, determinando a anulação do certame diante da inexistência de LCVM compatível:

“A incerteza quanto à potência real do motor impede a verificação do correto enquadramento ambiental e impõe a anulação da licitação, diante do risco de contratação em desacordo com (Acórdão TCU nº 1.793/2011 – Plenário)

Esses precedentes demonstram que o entendimento do TCU é uniforme e consolidado no sentido de que divergências técnicas substanciais, especialmente quando relacionadas à potência do motor e à certificação ambiental, não podem ser relativizadas, devendo resultar:

- na inabilitação do licitante; ou
- na anulação do pregão, quando o vício comprometer a isonomia e o julgamento objetivo.

No caso em análise, a coexistência de informações contraditórias sobre a potência do motor de 80 CV na proposta, (e 100 CV no site oficial do fabricante), aliada à incerteza quanto à LCVM aplicável, reproduz exatamente os vícios já reconhecidos pelo TCU como aptos a ensejar a nulidade do certame, caso não sanados mediante diligência técnica idônea.

4.6 – Dos riscos jurídicos e administrativos concretos à Administração Pública

A manutenção da habilitação da empresa vencedora sem o prévio e completo esclarecimento das inconsistências técnicas identificadas expõe a Administração Pública a riscos jurídicos concretos, imediatos e relevantes,

incompatíveis com os princípios que regem as contratações públicas.

Em primeiro lugar, a permanência de proposta cuja conformidade técnica não está inequivocamente comprovada compromete a validade da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, sujeitando-os à declaração de nulidade, nos termos do art. 147 da Lei nº 14.133/2021, diante da violação à vinculação ao edital e às exigências ambientais expressamente previstas.

Em segundo lugar, a aceitação de equipamento potencialmente em desacordo com as especificações técnicas e ambientais do edital enseja a responsabilização pessoal dos gestores públicos, tanto na esfera administrativa quanto no âmbito do controle externo, conforme reiteradamente decidido pelo Tribunal de Contas da União, quando constatada a inobservância de critérios técnicos objetivos.

Além disso, a situação descrita sujeita o órgão contratante a glosas, determinações corretivas e recomendações vinculantes do TCU, com a possibilidade de:

- suspensão da execução contratual;
- determinação de anulação do certame;
- imposição de medidas saneadoras ex post, com impacto financeiro e operacional.

Há, ainda, risco concreto de fornecimento de equipamento em desconformidade com o objeto licitado, o que compromete:

- a eficiência da contratação;
- a adequação do equipamento às necessidades do órgão;
- a regularidade ambiental, em afronta às normas do PROCONVE e às exigências do edital.

Por fim, a manutenção do julgamento tal como proferido fragiliza a segurança jurídica do certame, gerando instabilidade contratual, potencial judicialização e prejuízo à confiança dos licitantes na lisura do procedimento, situação que o ordenamento jurídico e o controle externo expressamente buscam evitar.

Diante desse cenário, a adoção de diligência técnica e a revisão do ato de habilitação não se apresentam como faculdade da Administração, mas como medida necessária de mitigação de riscos, em observância aos princípios da legalidade, da prevenção e da boa governança pública.

4.7 – Da necessidade imperativa de diligência técnica junto ao IBAMA

Diante da inconsistência técnica grave e objetivamente demonstrada quanto à potência do motor e à compatibilidade da LCVM com o equipamento ofertado, impõe-se à Administração Pública a adoção de diligência técnica obrigatória, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

Ocorre que, ao consultar as informações acima do LCVM no próprio site do IBAMA, com o número da Licença Nº: 103725, não consta as informações básicas, como exemplo a validade da licença.

A diligência, no caso concreto, não se destina à complementação indevida da proposta, mas sim ao esclarecimento de dúvida relevante quanto ao atendimento das exigências editalícias e ambientais, o que a legislação expressamente autoriza e impõe.

Nesse sentido, a diligência junto ao IBAMA, órgão ambiental competente, mostra-se imprescindível para que:

- seja confirmada ou emitida LCVM compatível com o modelo efetivamente ofertado;
- seja verificada, de forma oficial e técnica, a potência real do motor;
- seja realizado confronto técnico entre a LCVM, o catálogo apresentado e as informações oficiais do fabricante.

O entendimento do Tribunal de Contas da União é consolidado no sentido de que a diligência é medida obrigatória sempre que houver dúvida objetiva sobre a regularidade da documentação, sendo vedado à Administração decidir com base em presunções.

A Súmula TCU nº 222 estabelece que a diligência é instrumento legítimo para esclarecer ou complementar a instrução do processo, desde que não implique inovação da proposta, exatamente a hipótese dos autos.

No mesmo sentido, o TCU já decidiu que:

“A ausência de diligência diante de dúvida relevante acerca do atendimento às exigências do edital caracteriza falha grave, por violação aos princípios da legalidade e do (Acórdão TCU nº 1.793/2011 – Plenário)

E ainda:

“A Administração deve esgotar os meios de verificação técnica quando houver inconsistência entre as informações apresentadas pelo licitante e aquelas constantes de bases oficiais.” (Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário)

Assim, a não realização de diligência técnica junto ao IBAMA, no contexto das inconsistências identificadas, configura violação direta aos princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, impondo, como consequência jurídica necessária, a revisão do ato de habilitação.

V – DA EXIGÊNCIA INDISPENSÁVEL DE APRESENTAÇÃO DOS ENSAIOS E DA CERTIFICAÇÃO OFICIAL DO MOTOR

O Edital estabeleceu, de forma expressa e vinculante, nos itens 4.2.3 e 4.2.4, a obrigatoriedade de comprovação do atendimento às fases do PROCONVE, mediante Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (LCVM) válida e compatível com o equipamento ofertado.

Diante das inconsistências técnicas verificadas, especialmente quanto à potência do motor, não se mostra juridicamente suficiente a simples declaração do licitante ou a apresentação isolada de catálogo comercial, sendo indispensável, para a regular habilitação:

- a apresentação dos ensaios laboratoriais oficiais que embasaram a certificação ambiental;
- a certificação formal do motor, emitida por órgão ou entidade competente;
- a comprovação técnica inequívoca de que o motor não excede o limite máximo de 80 CV, conforme exigido no edital.

A exigência desses documentos decorre diretamente do art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que impõe à Administração o dever de exigir comprovação técnica idônea, verificável e compatível com o objeto contratado, não se admitindo presunções ou flexibilizações indevidas.

O Tribunal de Contas da União possui jurisprudência firme no sentido de que a aceitação de certificação ambiental desacompanhada dos respectivos ensaios técnicos configura irregularidade grave, apta a ensejar responsabilização do pregoeiro e da autoridade competente:

“A aceitação de documentação técnica insuficiente para comprovação da conformidade ambiental do objeto caracteriza falha grave na condução do certame, sujeitando os responsáveis à responsabilização perante o controle externo.” (Acórdão TCU nº 1.793/2011 – Plenário)

Em precedente específico envolvendo equipamentos automotores e certificações ambientais, o TCU aplicou sanções a gestores e pregoeiro pela habilitação de licitante sem a devida comprovação técnica:

“A habilitação de empresa sem a apresentação dos ensaios e certificações exigidos no edital configura violação aos princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, ensejando a responsabilização dos agentes públicos que deram causa à irregularidade.” (Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário)

No mesmo sentido, o Tribunal já decidiu que a ausência de verificação rigorosa da potência e da configuração do motor, quando relevantes para o enquadramento ambiental, compromete a vantajosidade da contratação e pode resultar em nulidade do certame:

“A contratação de equipamento sem comprovação técnica suficiente quanto às suas características essenciais expõe a Administração a riscos de nulidade

contratual e responsabilização dos gestores.” (Acórdão TCU nº 3.083/2016 – Plenário)

Dessa forma, a não exigência dos ensaios laboratoriais e da certificação oficial do motor viola frontalmente os princípios da legalidade, da segurança jurídica, da vinculação ao edital e da seleção da proposta mais vantajosa, além de transferir risco indevido à Administração Pública, situação reiteradamente rechaçada pelo TCU.

VI – DA NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO TÉCNICA E INEQUÍVOCA DA NACIONALIDADE DO EQUIPAMENTO

A empresa XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA., afirma que o trator agrícola ofertado é de fabricação nacional. Todavia, não é suficiente capaz de comprovar, de forma inequívoca, a origem nacional do equipamento.

Nos termos do item 4.2.3 do Edital, somente são admitidos equipamentos nacionais ou importados que possuam Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (LCVM) correspondente à fase MAR-I, exigência que pressupõe, necessariamente:

- comprovação formal da origem do equipamento;
- rastreabilidade do processo produtivo e da montagem final;
- correspondência técnica entre o local de fabricação, o motor certificado e a LCVM apresentada.

A simples alegação de nacionalização, desacompanhada de documentação idônea, não atende ao comando editalício, nem satisfaz o disposto no art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que impõe a comprovação objetiva e verificável da qualificação técnica do objeto ofertado.

O Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado de que a ausência de comprovação inequívoca da origem do equipamento, especialmente quando vinculada à certificação ambiental, configura irregularidade grave, apta a ensejar nulidade da contratação e responsabilização dos agentes públicos:

“A aceitação de equipamento sem comprovação adequada de origem e certificação ambiental expõe a Administração a riscos de nulidade contratual e à responsabilização dos gestores que autorizaram a contratação.” (Acórdão TCU nº 1.214/2019 – Plenário)

Em precedentes análogos, o TCU já assentou que a incompatibilidade ou insuficiência de documentos relativos à origem do bem compromete a validade da LCVM e inviabiliza a aferição do correto enquadramento ambiental, tornando ilegal a habilitação do licitante.

Assim, a ausência de prova técnica robusta acerca da nacionalidade do equipamento gera risco concreto de contratação irregular, afronta os princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e da segurança jurídica, impondo a realização de diligência técnica ou, caso não sanada a irregularidade, a inabilitação da empresa vencedora.

VII – DOS PRINCÍPIOS JURÍDICOS VIOLADOS

As irregularidades técnicas, documentais e procedimentais amplamente demonstradas nos tópicos anteriores — notadamente as divergências quanto à potência do motor, as inconsistências da LCVM, a ausência de ensaios e certificações oficiais, bem como a falta de comprovação inequívoca da nacionalidade do equipamento — configuram violação direta e simultânea a princípios estruturantes do regime jurídico das contratações públicas, cuja observância é impositiva à Administração Pública.

Inicialmente, resta caracterizada a violação ao princípio da legalidade (arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021), uma vez que a manutenção da habilitação da empresa vencedora se deu em desconformidade com exigências expressas do edital e com normas ambientais aplicáveis, afastando-se do dever de atuação estritamente vinculada à lei e ao instrumento convocatório.

Também se verifica afronta ao princípio da isonomia, pois a tolerância administrativa a inconsistências técnicas relevantes implicou flexibilização

indevida das regras editalícias, beneficiando a empresa vencedora em detrimento dos demais licitantes que formularam suas propostas em estrita observância às especificações técnicas e ambientais exigidas, situação reiteradamente rechaçada pelo Tribunal de Contas da União.

O princípio do julgamento objetivo igualmente foi violado, na medida em que o ato administrativo recorrido não se baseou em critérios técnicos claros, verificáveis e previamente definidos, mas em presunções e documentos contraditórios, contrariando o comando do art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e a jurisprudência consolidada do TCU, que veda decisões fundadas em subjetividade ou dúvida técnica relevante.

Em consequência direta dessas falhas, resta comprometida a seleção da proposta mais vantajosa, pois a Administração não possui segurança quanto à efetiva conformidade do equipamento ofertado com as especificações do edital, o que impede a correta avaliação da adequação técnica, econômica e ambiental da proposta vencedora.

Ademais, a aceitação de proposta marcada por incertezas técnicas e ambientais fragiliza a segurança jurídica do certame, expondo a contratação a risco concreto de nulidade, à atuação corretiva dos órgãos de controle e à responsabilização dos gestores públicos, cenário que o TCU reiteradamente busca prevenir.

Por fim, resta evidenciada a violação ao princípio da sustentabilidade ambiental, expressamente consagrado no art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, na medida em que a Administração não pode admitir a contratação de equipamento cuja conformidade com o PROCONVE e com a LCVN aplicável não esteja inequivocamente comprovada, sob pena de desrespeito às políticas públicas ambientais e às normas de proteção ambiental vigentes.

Dessa forma, a manutenção do julgamento recorrido contraria o núcleo principiológico das contratações públicas, tal como delineado na Lei nº 14.133/2021 e interpretado pelo Tribunal de Contas da União, impondo a revisão do ato administrativo como medida necessária para o restabelecimento da legalidade, da isonomia e da integridade do certame.

VIII. MULTA EM PREGOEIRO POR NÃO ABRIR DILIGÊNCIA

Recentemente foi publicado Acórdão pelo TCU “Pregoeiro é multado pelo TCU no Acórdão 1083/2025 – Primeira Câmara”. Ao julgar o pregão, ele ignorou a regra do edital — que exigia o uso da média das propostas — e desclassificou a mais vantajosa com base no valor estimado da contratação, e sem realizar diligência. O TCU entendeu como erro grosseiro: aplicou multa e proibiu a prorrogação do contrato.

EMENTA: REPRESENTAÇÃO. PREGÃO 2/2023. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA E ASSESSORIA CONTÁBIL E FINANCEIRA. CRITÉRIO DE EXEQUIBILIDADE DIVERGENTE DO QUE CONSTA NO EDITAL. DESCLASSIFICAÇÃO INDEVIDA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA. CONTRATO 7/2023. ERRO GROSSEIRO. REJEIÇÃO DAS RAZÕES DE JUSTIFICATIVA DA PREGOEIRA. APLICAÇÃO DE MULTA. DETERMINAÇÃO AO CRM-SC PARA NÃO PRORROGAR O CONTRATO OU, SE INDISPENSÁVEL, MANTÊ-LO PELO PRAZO ESTRITAMENTE NECESSÁRIO À REALIZAÇÃO DE NOVO CERTAME.

Nesse contexto, o ferramental do poder-dever de diligência ganha magnitude ainda mais no curso dos procedimentos de modo a se firmar a premissa do interesse público e do devido processo legal substancial.

Reitera-se que a diligência constitui meio legítimo de que se vale o pregoeiro e o agente de contratação para o exercício de seu poder judicante o qual se constitui direito subjetivo para, inclusive, promover eventual reconsideração e retratação de atos de julgamento.

Destaca-se que somente reconsidera quem julga. Ainda que subsidiado pela manifestação técnica, a atuação do pregoeiro e do agente de contratação não pode engessada. Ademais, sua responsabilidade é individual, como autoridade decisória no curso do processo de licitação. Nesse contexto, rememorar-se

também que há vedação de decisão coordenada das instâncias decisórias no âmbito das licitações.

Sobre o tema de diligência, destaca-se a reflexão jurisprudencial do Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 1.211/2021, acerca de uma melhor prática:

“Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.”

A propósito, oportuna a reflexão e crítica do professor Joel de Menezes Niebuhr ao avaliar que:

Em que pesem as críticas, o Acórdão n. 1.211/2021 externa a orientação do Tribunal de Contas da União sobre o assunto, que é cada vez mais flexível. Sem levar em conta a legalidade, a orientação é vantajosa para o interesse público, de modo que a Administração não afaste licitante que de fato cumpre os requisitos exigidos no edital. O problema e a razão da crítica são a legalidade, que não andou no mesmo passo e que não poderia ser desprezada ou distorcida como malgrado foi. Certo ou errado, o entendimento do Tribunal de Contas da União, especialmente, é o que deve prevalecer perante a Administração Pública, especialmente, no âmbito federal, diante da sua posição de protagonismo perante os órgãos de controle.

De fato, exsurge a necessária ponderação da plêiade de princípios licitatórios e a relevância do poder-dever de diligência e do princípio do formalismo moderado, o qual passa necessariamente pela compreensão de dois pilares: I - O PODER JUDICANTE DO PREGOEIRO E DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO.

O ato de julgar deve pautar-se na regularidade do processo licitatório, com devido processo legal administrativo tanto do ponto de vista formal e material. Nesse contexto, não se pode olvidar o enunciado da Súmula nº 473 STF que impõe à Administração a qualquer tempo, a revisão de seus julgados no âmbito administrativo.

6. DO PEDIDO DA RECORRENTE

6.1. Conheça e dê provimento ao presente Recurso Administrativo, por ser tempestivo e devidamente fundamentado, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021;

6.2. Determine a imediata instauração de diligência técnica junto ao IBAMA, com fundamento no art. 64 da Lei nº 14.133/2021, a fim de:

6.2.1. confirmar ou emitir Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (LCVM) plenamente compatível com o modelo efetivamente ofertado;

6.2.2. verificar, de forma oficial e técnica, a potência real do motor do equipamento licitado;

- 6.2.3. realizar confronto técnico entre a LCVM, os catálogos apresentados e as informações oficiais do fabricante;
- 6.3. Exija da empresa XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA. a apresentação dos ensaios laboratoriais e da certificação oficial do motor, capazes de comprovar, de maneira inequívoca:
- 6.3.1. o correto enquadramento ambiental do equipamento no âmbito do PROCONVE;
- 6.3.2. o atendimento integral aos limites de potência estabelecidos no edital;
- 6.4. Determine a comprovação técnica robusta da nacionalidade do equipamento ofertado, com a apresentação de documentos que assegurem:
- 6.4.1. a origem e rastreabilidade da produção;
- 6.4.2. a correspondência entre o local de fabricação, o motor certificado e a LCVM apresentada, nos termos do item 4.2.3 do Edital;
- 6.5. Caso as inconsistências técnicas e documentais não sejam plenamente sanadas, seja declarada a inabilitação da empresa XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA., por descumprimento das exigências editalícias e legais;
- 6.6. Em consequência, seja promovida a revisão do julgamento e da adjudicação dos itens impugnados, com a reclassificação das propostas, em estrita observância aos princípios da legalidade, isonomia, julgamento objetivo, vinculação ao edital, segurança jurídica e sustentabilidade ambiental;
- 6.7. Por fim, requer que todas as decisões proferidas no âmbito deste recurso sejam devidamente motivadas, com indicação expressa dos fundamentos técnicos e jurídicos adotados, em observância ao art. 5º, inciso XXXV, e ao art. 50 da Lei nº 9.784/1999, aplicável subsidiariamente, e à jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União e da Lei nº 14.133/2021. O processo licitatório, sendo um conjunto de atos administrativos, deve obedecer aos princípios gerais do direito administrativo, incluindo a motivação, a publicidade, a transparência e o planejamento, que são inclusive princípios explícitos na nova lei.
- 6.8. Requer-se também que seja comunicado o julgamento obrigatoriamente pelo e-mail gilmar@ferronato.net, sob pena de nulidade.

7. DAS CONTRARRAZÕES

7.1. A RECORRIDA, contrapõe em termos gerais que:

I - FUNDAMENTO DE FATO

O Recorrido participou do Pregão Eletrônico nº 90024/2025, deflagrado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, tendo apresentado propostas para o Item 23 para o fornecimento de 380 unidades de Trator Agrícola, observando rigorosamente todas as exigências técnicas, jurídicas e documentais estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Encerrada a etapa de lances, julgamento da proposta e verificação de habilitação, o Recorrido foi declarado vencedor do item supracitado, porquanto, além de apresentar proposta mais vantajosa, atendeu todas às exigências do instrumento convocatório.

Irresignado com essa decisão, insurge-se o ora Recorrente em sede recursal sob o ardiloso e evasivo argumento de que esta Insigne Comissão de Licitação incorreu em “erro” na aferição da proposta e da habilitação do Recorrido, almejando desconstituir julgamento pautado por critérios objetivos e vinculados ao instrumento convocatório.

Em apertada síntese, as razões recursais se ancoram em três pontos centrais:

I.1) a impugnação da Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor – LCVM apresentada pela XCMG, sob a alegação de que o documento não conteria informações suficientes para permitir a correlação objetiva com o modelo ofertado;

I.2) a construção artificial de uma suposta divergência grave quanto à potência do motor do Trator, com o objetivo de sustentar que o equipamento ofertado possui motor com potência de 100 CV e, portanto, excede o intervalo editalício de 70 a 80 CV; e

I.3) ausência de comprovação da nacionalidade do trator, ainda que o Edital não contenha essa exigência e, sobretudo, admita a participação de produtos de origem estrangeira.

Todavia, as razões recursais, para além de revelarem o inconformismo subjetiva com o resultado que lhe fora desfavorável, consubstanciam-se em meras alegações desacompanhadas de qualquer prova idônea, desprovidas de verossimilhança e incapazes de infirmar a higidez do julgamento promovido por esta Ínclita Comissão de Licitação, razão pela qual o Recorrido passa a rechaçar, tópico por tópico, as teses aventadas pelo Recorrente, demonstrando-se, com rigor técnico, a absoluta improcedência do recurso:

-(I.1)- Apresentação de LCVM Válida para o Item 23

O Recorrente sustenta que a Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor – LCVM apresentada pelo Recorrido não permitiria verificação objetiva da regularidade, porque, ao consultar o portal do IBAMA, não teria localizado campos como “dados técnicos do equipamento”, “identificação clara do motor” e “validade”, concluindo, por ilação, que haveria irregularidade material a macular a habilitação do Recorrido.

Em apertada síntese, o Recorrente tenta converter uma suposta limitação de visualização em consulta pública (e/ou a consulta realizada em ambiente resumido de verificação) em prova de inexistência, nulidade ou incompatibilidade da LCVM, requerendo diligência e revisão do julgamento como se a alegada “estranheza” subjetiva fosse apta a infirmar a validade da LCVM expedida pelo IBAMA.

Entretantes, o Recorrente não instruiu seu recurso administrativo com qualquer elemento probatório idôneo que demonstre que a LCVM apresentada pelo Recorrido: (i) seja inexistente; (ii) tenha sido revogada, suspensa ou cancelada; (iii) não tenha sido emitida pelo IBAMA; ou (iv) não seja compatível com o modelo ofertado, em afronta a regra prevista no artigo 373, inciso I, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, o que, ‘de per si’, impõe a improcedência do presente recurso.

O recurso administrativo incorre em erro metodológico elementar: confunde o ato administrativo regulatório e a validade da LCVM, que é o documento formal emitido pelo IBAMA, com interfaces auxiliares de consulta pública, que podem exibir campos limitados, resumidos ou parametrizáveis, sem que isso invalide, por si, o documento público oficial.

Ainda que assim não o fosse, mas o é, o Recorrente limitou-se a explorar a data de emissão da LCVM e a suposta falha no sistema de autenticação disponibilizado pelo IBAMA para consulta pública, na qual o Recorrido não possui qualquer gerência sobre as informações disponibilizadas pelo IBAMA, na vã tentativa de transmutá-la em suposta irregularidade insanável, porém sua tese não passa de meras alegações desprovida de verossimilhança e incapaz de infirmar a higidez e a conformidade da LCVM apresentada pelo Recorrido para provar a regularidade do trator ofertado no item 23, do presente certame.

No caso em tela, o Recorrido apresentou a LCVM apta a comprovar que o Trator XCMG, modelo XT804-5EBR, ofertada para o item 23, do certame, atende as fases exigidas do PROCONVE, em estrita observância as regras previstas nas cláusulas 4.2.3 e 4.2.4, do Anexo I – Termo de Referência, *ipsis litteris* (sem grifo):

- Anexo I – Termo de Referência: “4.2.3. Só será admitida a oferta de equipamentos, nacionais ou importados, que possuam a Licença para Uso da

Configuração de Veículo ou Motor ("LCVM") fase de atendimento MAR - I; 4.2.4. No momento da habilitação, o adjudicatário deverá apresentar a Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor ("LCVM") emitida pelo Ibama que evidencie ao atendimento às fases exigidas do PROCONVE;"

O núcleo normativo da cláusula supracitada consiste em provar a existência de LCVM válida, expedida pelo IBAMA, apta a demonstrar que o produto nacional ou estrangeiro ofertado atende às fases do PROCONVE e, por consectário lógico, encontra-se regularmente habilitado à comercialização no mercado nacional.

Nesse contexto, a LCVM apresentada pelo Recorrido para o trator ofertado foi analisada pela Comissão de Licitação, no âmbito da fase de habilitação, tendo o próprio MAPA concluído pelo atendimento integral das exigências editalícias:

- Despacho MAPA 22 (49358725) SEI 21000.042507/2025-77: "Para o item 23, foi apresentada a LCVM da marca/modelo I/MA XCMG/XT804_5EBR/, válida até 31/12/2026, comprovando o atendimento à fase MAR-I do PROCONVE. Documento LCVM XT804_5EBR (49326106)"

Conforme consignado no julgamento administrativo, para o Item 23 foi apresentada a LCVM do Trator XCMG, modelo XT804-5EBR, válida até 31/12/2026, a qual comprova o atendimento à fase MAR-I, do PROCONVE, em estrita consonância com o quanto exigido nas cláusulas 4.2.3 e 4.2.4, do Anexo I - Termo de Referência.

Trata-se, portanto, de juízo técnico, lastreado em documentação ambiental idônea e válida, que reconheceu a suficiência da LCVM apresentada, afastando a tese recursal de ausência de comprovação ambiental ou de suposta irregularidade material.

De outra feita, a insurgência do Recorrente não apenas carece de prova, como pretende substituir o critério técnico já exercido por esta Colenda Comissão de Licitação por uma leitura subjetiva e particular do Edital e seus Anexos, o que, com a devida vênia, não se pode admitir à luz dos princípios do julgamento objetivo, da vinculação ao Edital e da presunção de legitimidade dos atos administrativos.

Diferentemente da peculiar interpretação conferida pelo Recorrente, o Edital e seus Anexos não exigiram que o licitante demonstre a integridade de todos os campos do banco de dados do IBAMA em determinada página de consulta; exigem apenas a apresentação da LCVM, documento público oficial emitido pelo IBAMA.

Por consequência, a tese recursal não se sustenta: ainda que o Recorrente, por deficiência de consulta, por limitação de acesso, por parametrização do sistema do IBAMA, ou por simples desconhecimento do funcionamento do portal, não visualize todos os campos desejados em determinada tela, tal circunstância não se transmuta em vício do documento, nem autoriza concluir, por presunção, a irregularidade da LCVM emitida pelo IBAMA.

Ao revés, o próprio recurso apresenta a tela que comprova que a LCVM é verificável por autenticidade, na medida em que confirma que a licença é válida para o Recorrido, com a respectiva identificação do solicitante e número de licença, o que, longe de infirmar, reforça a regularidade da LCVM apresentada neste certame:

Todavia, o Recorrente utiliza essa tela de validação de autenticidade do portal do IBAMA para sustentar a tese de que haveria "irregularidade" na LCVM sob o evasivo argumento de que determinados campos não estariam integralmente visíveis.

Tal raciocínio, porém, padece de vício lógico e técnico: o Recorrente confunde a finalidade do ambiente eletrônico de verificação, voltado à confirmação de autenticidade e vinculação da LCVM ao solicitante, com o conteúdo integral do procedimento administrativo de licenciamento ambiental.

A imagem arriada ao texto do recurso é eloquente ao consignar, em destaque, a mensagem: "Esta Licença é válida para a XCMG BRASIL

INDÚSTRIA LTDA.”, o que, por si só, cumpre o objetivo primário da página: atestar a veracidade da LCVM e a sua vinculação ao solicitante.

Além disso, a mesma tela identifica de forma objetiva o número da licença nº 103725 e a data de emissão em 22/12/2025, bem como o Nome do Solicitante XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA. e o CNPJ, elementos suficientes para demonstrar que se trata de ato administrativo existente, rastreável e verificável.

Perceba, Vossa Senhoria, que existe uma contradição interna que fragiliza o recurso em sua própria raiz: ao mesmo tempo em que o Recorrente sustenta que a LCVM não permitiria “verificação objetiva” por suposta ausência de campos, ele próprio reconhece, e se vale, da existência de ambiente oficial específico para validação de autenticidade, mediante o qual se confirma a vinculação do ato ao solicitante e se identifica o número da licença.

A alegação de ausência de informações em certos campos, em vez de evidenciar irregularidade, apenas revela uma circunstância absolutamente corriqueira em sistemas públicos: a existência de interfaces de consulta resumida, com exibição parcial de dados, destinadas à verificação de autenticidade, e não à reprodução integral de todos os atributos técnicos do licenciamento.

Destarte, a conclusão pretendida pelo Recorrente equivale a afirmar que, porque a plataforma de verificação não exhibe todo o conteúdo técnico detalhado, o ato seria irregular, o que não se sustenta.

Sublinhe-se, ademais, que a Recorrida não possui qualquer gerência sobre o modo de apresentação dos dados no portal de autenticidade disponibilizado pelo IBAMA, tampouco sobre a estrutura de campos, rotinas de publicação, sincronização de bases, parametrizações internas ou limitações de exibição do sistema público.

É dizer: ainda que determinada interface não apresente, em tela, a totalidade de informações desejadas pelo Recorrente, tal circunstância não pode ser imputada ao licitante como se fosse vício de sua documentação apresentada; trata-se de elemento externo à sua esfera de domínio e, portanto, incapaz de desconstituir a presunção de legitimidade do documento público oficial emitido por órgão competente.

Em arremate, a tentativa recursal de transformar a ferramenta de verificação em requisito adicional de habilitação, exigindo completude de campos em página específica do site, representa inovação indevida no certame, pois desloca o debate do que o Edital efetivamente exige (LCVM válida) para um suposto “padrão de visualização” no site do IBAMA que não está previsto no instrumento convocatório.

A irregularidade sustentada pelo Recorrente, se existisse, demandaria prova concreta e objetiva de que a LCVM apresentada pelo Recorrido seria inexistente, inválida, revogada, suspensa ou incompatível com o objeto licitado. Nada disso foi demonstrado, porquanto a insurgência recursal se limita a inferências extraídas de uma consulta eletrônica meramente informativa, incapaz de infirmar a validade da LCVM.

Pondera-se: o ato administrativo de licenciamento ambiental, materializado na LCVM regularmente expedida pelo IBAMA, constitui documento público oficial, sendo vedado à Administração Pública recusar-lhe fé, à luz do artigo 19, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, cumulado com o artigo 117, inciso III, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, in verbis (sem grifo):

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

“Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (omissis)

II - recusar fé aos documentos públicos;”

- Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990:

“Art. 117. Ao servidor é proibido: (omissis)

III - recusar fé a documentos públicos;

Desse modo, uma vez emitida a LCVM por órgão ambiental competente, no exercício regular de atribuição legal, não pode esta Insígnia Comissão de Licitação simplesmente desconsiderar, relativizar ou submeter a juízo subjetivo de validade o referido documento, salvo mediante prova robusta e inequívoca de nulidade, falsidade ou invalidade, o que, repisa-se à exaustão, não se verifica no caso concreto.

A pretensão recursal de esvaziar a eficácia jurídica da LCVM com base em meras limitações de interface de consulta pública ou em ausência de visualização de determinados campos em ambiente eletrônico resumido afronta diretamente o regime constitucional de fé pública dos documentos públicos, convertendo suspeita infundada em critério de invalidação do documento, o que é juridicamente inadmissível.

Por essa razão, inexistindo qualquer comprovação de vício formal ou material na LCVM apresentada, e sendo ela documento público dotado de fé pública, impõe-se o reconhecimento de sua plena validade e eficácia para fins de habilitação do Recorrido, porquanto goza de presunção de legitimidade e veracidade, afastando-se, por corolário, a insurgência recursal deduzida quanto a esse ponto.

Em rigor, admitir a tese recursal significaria substituir o ato administrativo formalmente válido por uma leitura casuística de interfaces eletrônicas, elevando o meio de consulta à condição de requisito substantivo de habilitação, sem qualquer respaldo no Edital ou na legislação de regência. Tal conclusão não se coaduna com os princípios do julgamento objetivo, da segurança jurídica e da vinculação ao instrumento convocatório.

No caso concreto, o Termo de Referência é cristalino ao exigir LCVM válida, emitida pelo IBAMA, evidenciando atendimento à fase MAR-I do PROCONVE, e tal requisito foi efetivamente atendido pelo Recorrido, não sendo lícito ao Recorrente criar, por via oblíqua, um “padrão de visualização” em página eletrônica como condição adicional de habilitação.

Portanto, a circunstância apontada pelo Recorrente, longe de revelar irregularidade da LCVM apresentada, evidencia apenas uma limitação inerente ao ambiente de consulta pública disponibilizada pelo IBAMA, a qual não se projeta sobre a validade da LCVM, nem autoriza qualquer juízo negativo sobre a regularidade da habilitação do Recorrido.

De todo modo, e apenas para afastar qualquer hesitação residual, ‘ad argumentandum tantum’, o Recorrido apresenta os elementos de confirmação que demonstram a correspondência entre (i) a LCVM formal apresentada, (ii) a validação no ambiente público do IBAMA e (iii) com a identificação do modelo ofertado no certame:

Conforme se verifica da própria consulta realizada no sítio eletrônico do IBAMA, há identificação clara e objetiva do motor vinculado à LCVM, na medida em que consta expressamente o modelo do motor SC4H80.5G3, informação suficiente para individualizar o conjunto motriz licenciado e afastar qualquer alegação de indeterminação ou incerteza técnica alegada pelo Recorrido.

Essa identificação converge integralmente com o motor descrito no catálogo técnico do produto apresentado pelo Recorrido no presente certame, no qual se indica, de forma expressa e detalhada, o motor SC4H80.5G3, atendendo emissão fase MAR-I / Tier III, conforme se verifica na imagem abaixo:

Perceba-se, portanto, que os próprios elementos oficiais de consulta do IBAMA operam em sentido diametralmente oposto a tese advogada pelo Recorrente: longe de revelar “lacuna” ou “incompatibilidade”, evidenciam, de modo objetivo e verificável, a correspondência técnica entre o motor licenciado SC4H80.5G3 e o motor declarado no catálogo do Trator XCMG, modelo XT804-5EBR, ofertado para o item 23.

Daí porque não subsiste a narrativa recursal de que a LCVM não permitiria “correlação” com o produto ofertado. Ao contrário: a correlação é direta, linear e verificável, pois (i) o site do IBAMA identifica o modelo do Trator XT804-

5EBR, (ii) indica o motor vinculado à licença SC4H80.5G3; e (iii) o catálogo técnico apresentado reproduz o mesmo conjunto motriz, inclusive com enquadramento ambiental MAR-I, afastando qualquer dúvida razoável quanto ao atendimento das cláusulas 4.2.3 e 4.2.4, do Termo de Referência.

Nesse contexto, a alegação recursal de que a LCVM seria “genérica” ou “incapaz de correlação técnica” não resiste à simples leitura das informações disponibilizadas no próprio portal do IBAMA, o que reforça o caráter meramente retórico e inconformista da insurgência recursal, desprovida de aderência fática e jurídica.

A partir desses elementos, extrai-se, com segurança, que a LCVM apresentada é autêntica, verificável e vinculada ao solicitante, evidenciando, por consequência, o atendimento ao requisito editalício, inexistindo qualquer base técnica ou jurídica para a conclusão recursal de “falha material”.

Acrescente-se que a insistência do Recorrente em atribuir relevo decisivo à circunstância de a licença ter sido “emitida nos últimos dias de dezembro” não passa de insinuação temporal desprovida de lastro normativo. Não existe, no Edital qualquer regra que condicione a validade do ato administrativo a período do ano, nem tampouco presunção de irregularidade fundada em data de emissão.

A bem da verdade, a emissão da LCVM em 22/12/2025, com validade até 31/12/2026, evidencia apenas que se trata de licença vigente e eficaz no tempo do certame, preenchendo o requisito editalício tal como posto: existência de LCVM MAR-I válida e apta a evidenciar atendimento ao PROCONVE.

Outro ponto que merece enfrentamento direto, e que revela o caráter expansivo e inovador da insurgência, é a tentativa de o Recorrente impor à habilitação a apresentação de “ensaios laboratoriais oficiais”, “certificação formal do motor” e outros documentos internos ao procedimento de licenciamento ambiental, como se tais artefatos fossem, por si, requisitos autônomos de habilitação.

Essa pretensão é manifestamente indevida. As cláusulas 4.2.3 e 4.2.4 do Termo de Referência são claras ao elegerem o meio de prova: LCVM emitida pelo IBAMA que evidencie o atendimento às fases exigidas do PROCONVE, em especial a fase MAR-I. Não há exigência de juntada de ensaios laboratoriais, relatórios de teste ou “certificações complementares” como condição de habilitação.

Os elementos técnicos internos que embasam a emissão de uma LCVM – laudos, testes, relatórios e demais documentos do processo administrativo ambiental – integram o procedimento regulatório conduzido pelo IBAMA e não se confundem com documentos de habilitação exigíveis no certame, salvo se o edital expressamente assim determinasse, o que não ocorreu. Exigir tais documentos, ex post facto, equivaleria a criar requisito não previsto, em afronta à vinculação ao instrumento convocatório.

Desse modo, a insurgência recursal não merece prosperar, pois o Recorrente pretende esvaziar a exigência editalícia para apresentação do LCVM mediante a solicitação de novos documentos não abrangidas pelo Edital como se estes fossem requisitos autônomos de habilitação, em afronta ao artigo 62, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Por todo o exposto, requer-se seja negado provimento ao recurso administrativo a fim de que seja mantida a veneranda decisão que declarou a XCMG Brasil vencedora do Item 23, do certame, notadamente por ter comprovado o atendimento às exigências ambientais mediante a apresentação de LCVM válida, regular e compatível, em estrita observância às cláusulas 4.2.3 e 4.2.4, do Anexo I – Termo de Referência.

-(1.2)- Atendimento a Exigência de Motor com Potência entre 70 a 80 CV

O Recorrente sustenta a existência de suposta divergência quanto à potência do motor do Trator XCMG, modelo XT804-5EBR, ofertado pelo Recorrido no Item 23, afirmando que, embora o edital limite a potência entre 70 CV e 80 CV, no site oficial do próprio fabricante constar-se-ia que o referido produto

possuiria potência de 100 CV, anexando uma imagem do suposto site do fabricante para tentar conferir aparência de prova a uma alegação que permanece desprovida de qualquer prova técnica e/ou idônea.

Com a devida vênia, a narrativa recursal pretende equiparar (i) uma suposta captura de tela não autenticada, de origem e contexto desconhecidos, a (ii) documentos técnicos formais (proposta e catálogo) elaborado pelo próprio fabricante e efetivamente submetidos ao presente certame, e, a partir dessa equiparação artificial, concluir pela “contradição insanável” e pela necessária revisão do julgamento com a desclassificação do Recorrido.

Todavia, o Recorrido, na qualidade de fabricante do produto ofertado para o item 23, desconhece a suposta imagem utilizada pelo Recorrente como se fosse “prova cabal” de potência de 100 CV, seja porque o recurso não demonstra a origem verificável do conteúdo (URL, data/hora, identificação de página, caminho de navegação, metadados), seja porque não comprova que tal material corresponda ao site oficial e atualizado da XCMG Brasil, muito menos ao exato modelo e configuração submetidos ao certame.

É dizer: o recurso se vale de um “print” como se fosse documento dotado de fé pública, porém não demonstra cadeia mínima de autenticidade, não comprova integridade do conteúdo e tampouco indica parâmetros objetivos para aferição do suposto dado. Por isso, a alegação não ultrapassa o plano retórico – e, por si só, não é apta a infirmar a proposta e o catálogo técnico apresentados pelo Recorrido, fabricante do produto ofertado.

De outro vértice, exatamente para evitar que o debate seja rebaixado ao terreno movediço de capturas de tela descontextualizadas, o Recorrido apresentará o endereço eletrônico oficial <<https://www.xcmg-america.com/produtos/trator-xt804-5ebr-xcmg/>> em que se encontra a especificação do modelo ofertado, demonstrando que o produto possui motor com potência de 80 CV, em plena aderência ao intervalo previsto no Termo de Referência:

A referida página oficial não se limita a exibir informações resumidas em ambiente web, mas disponibiliza para download o catálogo técnico do próprio produto, contendo as especificações completas do modelo ofertado, inclusive a identificação do conjunto motriz e a potência nominal, em documento estruturado, padronizado e destinado precisamente a veicular informações técnicas verificáveis ao mercado.

Trata-se de circunstância juridicamente relevante, pois afasta, de modo objetivo, a tentativa do Recorrente de sustentar “divergência” com base em captura de tela isolada e não autenticada: ao disponibilizar o catálogo oficial para download, o site oferece fonte documental íntegra e rastreável, apta a comprovar, de forma inequívoca, que o trator XT804-5EBR é equipado com motor SC4H80.5G3, com potência de 80 CV, exatamente como declarado na proposta e exigido no Termo de Referência:

Ademais, o catálogo disponibilizado no site oficial é idêntico ao catálogo apresentado pelo Recorrido no presente certame, reproduzindo o mesmo conjunto de especificações técnicas essenciais (motor, potência, regime de emissão e demais parâmetros), o que evidencia a coerência documental entre: (i) a documentação técnica juntada na licitação; e (ii) a documentação técnica publicizada oficialmente pelo fabricante, afastando qualquer alegação de divergência em relação a potência do motor.

Nesse cenário, o Trator ofertado pelo Recorrido foi analisada pela Insigne Comissão de Licitação, no âmbito da fase de julgamento da proposta, tendo o próprio MAPA concluído pelo atendimento integral das exigências editalícias:

Conforme se extrai do despacho adrede, o MAPA procedeu à análise das especificações do trator ofertado para o Item 23, confrontando-as com os requisitos previstos no Termo de Referência, e reconheceu o atendimento do critério de potência, assentando que o equipamento ofertado se enquadra no parâmetro exigido.

Trata-se, pois, de juízo administrativo técnico e motivado, emanado do órgão competente, que examinou o conjunto documental do certame (proposta e

catálogo) e concluiu, de forma positiva, pela conformidade do motor ofertado, conclusão esta que goza de presunção de legitimidade e veracidade e somente poderá ser desconstituída mediante prova robusta e inequívoca em sentido contrário, o que não foi satisfeito pelo Recorrente.

Nesse cenário, a pretensão recursal de reabrir discussão já superada pelo julgamento administrativo, amparando-se em “print” de origem desconhecida, revela-se frágil: não apenas carece de autenticidade e de densidade probatória, como colide frontalmente com a constatação formal do MAPA, que reconheceu o atendimento das especificações técnicas do Item 23, inclusive quanto à potência do motor.

Destarte, a alegação de suposta potência de 100 CV não resiste ao confronto com o elemento decisivo do procedimento: o ato administrativo de julgamento e aceitação da proposta, no qual o MAPA, após examinar os documentos apresentados pelo Recorrido, atestou a conformidade do equipamento com o parâmetro editalício, razão pela qual se impõe o integral afastamento da tese recursal e a manutenção do resultado proclamado para o Item 23.

Ainda que assim não o fosse, mas o é, o Recorrido, na qualidade de fabricante do produto ofertado, apresentou proposta válida e se comprometeu perante o MAPA a fornecer o Trator XCMG, modelo XT804-5EBR, dotado de motor com potência de 80cv, de modo que as especificações declaradas na licitação constituem compromisso firme de fornecimento do objeto nos exatos contornos ofertados – inclusive quanto à potência do motor.

Corroborando o exposto, o Edital atribui ao licitante a responsabilidade exclusiva por todas as transações efetuadas em seu nome no Sicaf e pela veracidade de propostas e lances, inclusive quando praticados por representante, devendo cumpri-los nos termos da cláusula 3.3, *ipsis litteris* (sem grifo):

- Edital:

“3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.”

A referida cláusula impede que o licitante se desobrigue dos atos praticados em ambiente eletrônico autenticado; e, ao mesmo tempo, resguardar a Administração Pública quanto à imputação de condutas praticadas com as credenciais do fornecedor.

Não obstante, o Edital também estabelece que as especificações contidas na proposta vinculam o licitante e que a apresentação das propostas implica obrigatoriedade de cumprimento integral, em observância as regras previstas nas cláusulas 6.2 e 6.8, do instrumento de convocação, *ipsis litteris* (sem grifo):

- Edital:

“6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

(omissis)

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.”

Nesse contexto, ao apresentar proposta para o fornecimento de Trator XCMG, modelo XT804-5EBR, com motor SC4H80.5G3 com potência de 80cv para o item 23, do presente certame, o Recorrido assumiu para o MAPA, por declaração expressa, a vinculação às condições editalícias, obrigando-se a

fornecer o referido produto com potência de 80cv em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

Não há qualquer margem jurídica para o Recorrido fornecer Trator diverso daquele descrito na proposta e vinculado ao presente certame, sob pena de incorrer em consequências gravíssimas no plano contratual, administrativo e até criminal.

A gravidade jurídica da conduta aqui e ora imputada pelo Recorrente - no sentido de que o Recorrido entregará produto com especificação técnica diversa do que consta na proposta - é tamanha que o Edital e seus Anexos estipularam a possibilidade de recusa no recebimento de produto diverso, a penalidade administrativa pela inexecução do contrato e a prática de delito específico previsto no artigo 337-L, do Código Penal.

Portanto, a arquitetura normativa do regime de contratações públicas contém mecanismos robustos de coerção e responsabilização que tornam irracional a suposição recursal de entrega futura divergente. A proposta apresentada pelo Recorrido e aceita pelo MAPA é compromisso vinculante; a execução contratual será fiscalizada; e qualquer divergência material enseja consequências graves. Logo, a tese do Recorrente não passa de conjectura retórica, desprovida de lastro fático e incompatível com a realidade jurídica.

Admitir a narrativa do Recorrente, como se fosse plausível que o Recorrido declarasse motor com potência de 80 CV, tivesse sua proposta aceita, e ainda assim pudesse entregar produto com potência de 100 CV, implicaria presumir que este fabricante se disporia a praticar conduta suscetível de enquadramento penal, além de sujeitá-lo a sanções administrativas severas, rescisão contratual, multas, glosas, perdas e danos e impedimentos de contratar com o Poder Público Federal.

Ao revés, o histórico de regularidade e adimplemento contratual do Recorrido é público e notório, tendo a empresa, ao longo dos últimos anos, realizado fornecimentos em licitações públicas que superam a cifra de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), sem notícia de descumprimento contratual, glosas por entrega divergente, ou sanções administrativas perante o Poder Público Federal por inexecução, substituição indevida de bens ou fornecimento de produto em desconformidade com as especificações pactuadas.

Trata-se de circunstância que reforça, com máxima contundência, a improcedência da tese do Recorrente: não há qualquer elemento objetivo que autorize presumir que o Recorrido, fabricante global, com estrutura de compliance, cadeia de rastreabilidade e reputação institucional consolidada, se arriscaria em fornecer produto diverso ao MAPA.

Por conseguinte, a alegação de risco de fornecimento de produto diverso não pode ser utilizada como sucedâneo probatório para infirmar a aceitação da proposta: sem demonstração concreta de descumprimento do requisito editalício, deve prevalecer o julgamento objetivo desta Comissão de Licitação, mantendo-se hígida a decisão que reconheceu a conformidade do Item 23 às especificações do Termo de Referência.

Ademais, o próprio recurso reconhece que o Edital delimitou objetivamente a potência do trator entre 70 CV e 80 CV, tentando extrair daí a conclusão de que a suposta divergência da potência para 100 CV importaria a desclassificação automática do Recorrido.

Essa premissa é falsa porque parte de fato não provado: não há demonstração de que o produto ofertado exceda 80 CV, em afronta ao artigo 373, inciso I, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, o que, 'de per si', impõe a improcedência do presente recurso.

Aliás, conforme resta de sobejo comprovado, não há "informação conflitante" nos documentos do certame: (i) o catálogo do produto submetido ao certame aponta a potência de 80 CV; (ii) a proposta apresentada no sistema reproduz o mesmo parâmetro; e (iii) os registros regulatórios convergem para a configuração de 80 CV, de modo que a exigência editalícia foi atendido por declaração formal do licitante e por documentação técnica correlata.

E apenas para afastar qualquer hesitação residual, destaca-se que o portal do IBAMA permite identificar dados do motor vinculado ao modelo licenciado, inclusive potência em kW, a qual pode ser convertida para CV; de modo que, verificada a potência de 59 kW, obtém-se valor equivalente a 80 CV, em aderência ao requisito do Termo de Referência:

Deste modo, verificada a potência de 59 kW, tem-se a sua conversão para CV pela relação técnica padrão de $1 \text{ kW} = 1,35962 \text{ CV}$, resultando em aproximadamente 80 CV ($59 \times 1,35962$), atendendo a exigência do Edital e seus Anexos.

Aliás, o próprio modelo de identificação do motor constante dos documentos oficiais do IBAMA - SC4H80.5G3 contém elemento indicativo da classe de potência do conjunto motriz, na medida em que a nomenclatura adotada em motores dessa família usualmente incorpora, em sua estrutura, referência numérica associada à faixa de potência.

Com efeito, ainda que cada fabricante possua convenções internas de codificação, é tecnicamente corriqueiro que a designação do motor agregue, em seu sufixo numérico, um marcador de “classe” (p. ex., 80), utilizado justamente para identificar, de modo sintético, a configuração de potência para fins de padronização comercial-técnica.

No caso concreto, essa leitura é objetivamente confirmada pelo conjunto probatório: o motor identificado como SC4H80.5G3 é o mesmo motor indicado na documentação apresentada no certame e na validação pública do IBAMA; e a potência correspondente, quando expressa em kW no ambiente regulatório, revela-se compatível com o parâmetro de 80 CV, como já demonstrado pela conversão técnica ($59 \text{ kW} \approx 80,22 \text{ CV}$).

Daí porque a tentativa recursal de sugerir potência de “100 CV” perde qualquer aderência lógica: o motor é identificado como SC4H80.5G3 e compatível com o conjunto a potência em kW compatível com 80 CV.

Em outras palavras: o número “80” constante do código do motor não aparece no vácuo; ele se harmoniza com a potência indicada no catálogo oficial e com a potência regulatória em kW atribuída ao mesmo conjunto motriz, reforçando a conclusão de que a configuração ofertada está dentro do intervalo exigido no Termo de Referência (potência entre 70 a 80 CV), inexistindo qualquer contradição material.

Portanto, à luz da identificação do motor “SC4H80.5G3” e da convergência entre documentos técnicos do fabricante, validação regulatória e juízo administrativo do MAPA, deve ser rejeitada a tentativa do Recorrente de desqualificar o Item 23 com base em “prints” externos, porquanto a própria codificação do motor – corroborada pelos dados oficiais – converge para a potência de 80 CV.

Em louvor ao princípio da eventualidade, ainda que se admitisse, apenas por amor ao debate, a autenticidade da imagem colacionada pelo Recorrente – o que se repele –, a conclusão jurídica não se alteraria, porquanto eventual referência isolada a “100 CV” em ambiente externo e informacional não caracteriza vício material do objeto ofertado, mas, quando muito, erro formal e sanável em conteúdo auxiliar de divulgação, incapaz de macular a lisura da proposta e do catálogo técnico efetivamente apresentados no certame.

A rigor, o que o Recorrente pretende é impor a consequência mais gravosa do procedimento a partir de um elemento acessório e externo, ignorando que a Administração Pública dispõe de instrumentos próprios para sanar eventuais dúvidas ou divergências, sem formalismo estéril e sem ruptura do julgamento objetivo, notadamente quando inexistente qualquer demonstração de prejuízo ao interesse público, à isonomia ou à competitividade.

Nessa hipótese meramente conjectural, ainda que fosse crível a retórica sustentada pelo Recorrente, estar-se-ia diante de erro sanável, inclusive mediante a juntada do catálogo técnico oficial, já apresentado e idêntico ao disponibilizado para download, e por confirmação do motor identificado SC4H80.5G3 e da potência correspondente, sem qualquer alteração do conteúdo substancial da proposta.

Por todo o exposto, requer-se seja negado provimento ao recurso administrativo também quanto ao alegado “excesso de potência”, mantendo-se a decisão que reconheceu o atendimento do Item 23, porquanto o Trator XCMG, modelo XT8045EBR, na configuração submetida ao certame, atende a potência entre 70 CV a 80 CV, inexistindo prova concreta de que o produto ofertado possui potência de 100 CV.

-(1.3)- Irrelevância da Nacionalidade do Produto

O Recorrente pretende deslocar o eixo do julgamento do Item 23 para um falso dilema quanto à “nacionalidade” do bem ofertado, como se a origem do produto constituísse critério de aceitabilidade da proposta ou causa automática de desclassificação, premissa que não encontra amparo no Edital e seus Anexos.

O instrumento convocatório não condiciona a aceitação do Item 23 à prova de “produto nacional”, tampouco estabelece qualquer vedação à oferta de bens de origem estrangeira; ao revés, o próprio Edital disciplina a hipótese de participação de empresas estrangeiras, inclusive com regramento de documentos equivalentes, tradução e apostilamento, o que evidencia que a nacionalidade não é elemento impeditivo do certame.

Assim, a alegação recursal, ao insinuar irregularidade pela suposta origem do produto, incorre em inovação argumentativa: tenta transformar uma categoria instrumental (origem para fins de preferência) em requisito substancial do objeto, como se o Edital houvesse restringido o universo competitivo a bens “nacionais”, o que simplesmente não ocorreu.

A rigor, a única utilidade jurídica da classificação de bem “nacional” no contexto do Edital é para viabilizar, quando cabível e quando utilizado pelo licitante, a aplicação do instituto da margem de preferência, como técnica de julgamento destinada a privilegiar determinados bens manufaturados nacionais que atendam parâmetros normativos específicos.

E o Edital é inequívoco ao tratar a margem de preferência como benefício condicionado (isto é, que pode ou não ser invocado), impondo à Administração Pública o dever de verificar se o licitante “se valeu da aplicação da margem de preferência” e, em caso positivo, se efetivamente “faz jus ao benefício aplicado”.

Em outras palavras: não é a nacionalidade do produto que governa a validade da proposta; o que o Edital disciplina é a regularidade do uso (ou não uso) do benefício da margem de preferência. Se não há invocação da margem de preferência, não há campo jurídico para tratar “origem” como vício capaz de macular a proposta.

E mais: o Edital explicita, com todas as letras, que, caso o licitante não comprove os requisitos para fazer jus ao benefício, a consequência jurídica é a reclassificação das propostas para fins de nova aplicação da margem de preferência, e não a desclassificação automática por suposta “nacionalidade”.

Logo, mesmo na hipótese, meramente argumentativa, de existir alguma inconsistência formal na indicação de origem do produto ofertado, o próprio regime editalício aponta a resposta adequada: correção do enquadramento do benefício, com preservação da competitividade e do julgamento objetivo.

Reforça-se: a margem de preferência não integra o núcleo essencial do objeto do Item 23, nem se confunde com as especificações técnicas de desempenho, potência, conformidade ambiental ou demais requisitos do Termo de Referência; trata-se de mecanismo acessório de julgamento, cujo emprego depende de manifestação do próprio fornecedor e de verificação administrativa.

Nesse contexto, é decisivo observar que o Recorrido não se valeu da margem de preferência no sistema, declarando, inclusive, não possuir conteúdo nacional para fins de fruição do benefício, razão pela qual, conforme consignado no Despacho 22 (49358725) SEI 21000.042507/2025-77, o MAPA registrou expressamente que “a licitante não utilizou a margem de preferência”, concluindo pela sua inaplicabilidade:

Portanto, toda a linha recursal que tenta extrair efeitos invalidantes da “nacionalidade” cai por terra por ausência de interesse e de utilidade: não houve pleito de preferência, não houve pontuação, não houve reordenamento classificatório fundado em origem, não houve qualquer impacto no resultado.

E ainda que assim não fosse, mas não é, o Edital contempla a diretriz de saneamento de erros que não alterem a substância da proposta, reconhecendo, no capítulo de julgamento, que ajustes/correções devem se limitar a falhas que não modifiquem o conteúdo material do ofertado, justamente para evitar formalismo estéril e preservar a competitividade.

Aplicando-se o princípio da eventualidade, tem-se que, na pior hipótese para o Recorrido, eventual equívoco formal na indicação de origem seria, quando muito, passível de correção e/ou ratificação, porque não altera: (i) o preço; (ii) o objeto ofertado; (iii) a conformidade técnica; (iv) a regularidade ambiental; (v) a competitividade do certame; e (vi) a isonomia entre licitantes.

Aliás, o próprio Edital, ao disciplinar cadastro de reserva, evidencia que a lógica do procedimento desconsidera percentuais de margem de preferência “quando o objeto não atender aos requisitos” correlatos, reforçando que o instituto opera como variável eventual de classificação, e não como condição ontológica de validade do fornecimento.

Em síntese: (i) o Edital admite a participação de fornecedores estrangeiros e prevê, inclusive, como se dá a habilitação nesses casos; (ii) a “nacionalidade” não é requisito de habilitação ou de aceitabilidade da proposta; (iii) a margem de preferência é benefício condicionado e verificável; (iv) o Recorrido não a utilizou; e (v) eventual inconsistência seria, no máximo, saneável, sem prejuízo ao certame.

Por conseguinte, deve ser repelida, em sua inteireza, a alegação recursal de irregularidade por “nacionalidade” do produto, por absoluta falta de suporte editalício, por ausência de prejuízo e por indevida tentativa de converter instituto acessório (margem de preferência) em requisito substantivo de desclassificação, o que não se admite à luz do julgamento objetivo e da vinculação ao instrumento convocatório.

Diante de todo o exposto, resta incontroverso que a insurgência recursal quanto à “nacionalidade” do produto é juridicamente irrelevante para a aceitabilidade da proposta e faticamente inócua para o resultado do certame, pois o Edital admite bens nacionais e estrangeiros, e o Recorrido não utilizou a margem de preferência para produto nacional, impondo a improcedência do presente recurso, mantendo-se hígida a decisão administrativa que declarou o Recorrido vencedor do Item 23.

-[II]- FUNDAMENTO DE DIREITO

-[II.1]- A SUBORDINAÇÃO DO ESTADO AS REGRAS DO EDITAL VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DO JULGAMENTO OBJETIVO

Conforme demonstrado nos tópicos I.1, I.2 e I.3, o recurso administrativo não revela qualquer vício material do Item 23, mas, ao revés, intenta converter (i) limitações de visualização em portal público, (ii) “prints” descontextualizados e desprovidos de autenticidade e (iii) categorias acessórias de julgamento (margem de preferência), em causas artificiais de desclassificação, sem densidade probatória e em manifesta colisão com o regime de vinculação ao instrumento convocatório.

Em rigor, o Recorrente não enfrenta o núcleo normativo do Edital e do Termo de Referência; tenta, isto sim, reescrevê-lo “ex post facto”, inserindo, por via oblíqua, requisitos não previstos, como se o procedimento licitatório pudesse ser dirigido por percepções subjetivas de consulta eletrônica, por impressões não autenticadas de páginas externas e por conjecturas sobre risco de entrega futura divergente.

Primeiro, o Recorrente procura esvaziar a eficácia da LCVM, documento público oficial emitido por órgão ambiental competente, mediante a alegação de que determinados “campos” não teriam sido visualizados em ambiente de consulta pública, como se a completude de uma interface eletrônica fosse requisito editalício autônomo de habilitação, apto a infirmar ato administrativo

dotado de presunção de legitimidade e fé pública.

Ocorre que o Termo de Referência foi cristalino ao eleger o meio de prova: apresentação de LCVM válida emitida pelo IBAMA, evidenciando atendimento às fases exigidas do PROCONVE. Não há, no Edital, qualquer imposição de “padrão de visualização”, “print integral do sistema” ou “exibição completa de banco de dados”, razão pela qual a pretensão recursal configura inovação indevida e afronta direta à vinculação ao edital.

Não obstante, o Recorrente recorre ao mesmo expediente, agora sob a roupagem de “divergência de potência”: tenta equiparar captura de tela de origem desconhecida, supostamente indicando 100 CV, a documentos técnicos formais e vinculantes do certame (proposta e catálogo), além do juízo técnico já externado pelo MAPA no julgamento da proposta, que reconheceu o enquadramento do equipamento ofertado no parâmetro do Termo de Referência (motor com potência entre 70 a 80 CV).

É dizer: pretende-se substituir o julgamento objetivo, ancorado em proposta cadastrada, catálogo técnico apresentado e análise administrativa motivada, por um elemento externo, apócrifo e não verificável, invertendo-se o ônus lógico do procedimento e convertendo suspeita em presunção de irregularidade, sem qualquer prova técnica idônea e em afronta à racionalidade mínima do pregão eletrônico.

Além disso, a própria estrutura normativa do certame (vinculação da proposta, responsabilidade do licitante pelos atos no sistema, obrigatoriedade de cumprir as especificações ofertadas e fiscalização de recebimento) torna juridicamente irrazoável a narrativa de que o Recorrido “declararia 80 CV e entregaria 100 CV”, sobretudo porque eventual entrega divergente atrairia consequências gravíssimas no plano contratual, administrativo e até penal, o que evidencia o caráter meramente retórico da alegação.

Por fim, o Recorrente tenta deslocar o debate do plano objetivo para um falso dilema relativo à “nacionalidade” do bem ofertado, como se a origem do produto fosse critério de aceitabilidade da proposta ou causa automática de desclassificação, quando o Edital admite bens nacionais e estrangeiros e apenas confere relevo à classificação de origem para fins de margem de preferência, instituto acessório e condicionado.

Deveras, a única pertinência jurídica da “nacionalidade” no contexto do Edital é viabilizar, quando invocada pelo licitante e quando aplicável, a margem de preferência, não havendo qualquer regra que erija a origem do bem em requisito de habilitação ou de aceitabilidade. E, no caso concreto, o Recorrido não utilizou a margem de preferência, tendo o próprio MAPA consignado expressamente sua inaplicabilidade, o que fulmina, por ausência de utilidade e de prejuízo, toda a construção recursal.

Assentadas essas premissas fático-jurídicas — e com especial relevo para o caráter objetivo e verificável de cada requisito atendido pelo Recorrido —, impõe-se enfrentar a questão sob o ângulo dos princípios que regem a Administração Pública e, com maior rigor, os procedimentos licitatórios, porquanto é precisamente nesse plano que a improcedência do recurso se revela ainda mais evidente.

É pressuposto inquestionável do Estado de Direito a subordinação do Estado ao ordenamento jurídico vigente e, como notório, no âmbito da Administração Pública, tal pressuposto se traduz na observância dos princípios da legalidade e impessoalidade positivados no artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, in verbis (sem grifo):

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 “Art. 37. A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.”

No âmbito específico das licitações, a Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, e, em especial no âmbito do pregão eletrônico, o Decreto nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019, consagraram expressamente a observância aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo para

impedir que o procedimento seja capturado por formalismos indevidos, subjetivismos oportunistas ou reinterpretações 'ex post' das regras do certame, *ipsis litteris* (sem grifo):

- Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021: "Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942."

- Decreto nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019: "Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos."

Do exposto acima, depreende-se que a atividade administrativa deve ser exercida em absoluta conformidade com a Lei e com os princípios inerentes. Dessa premissa extrai-se a seguinte fórmula: a Administração Pública e os interessados estão vinculados e obrigados ao cumprimento dos termos e condições previstos no Edital.

Acrescentando-se, cite-se como inarredável a observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, com relação ao qual Diógenes Gasparini esclarece:

"(...) estabelecidas as regras de certa licitação, tornam-se elas inalteráveis a partir da publicação do instrumento convocatório e durante todo o procedimento. (...)"

Nesse toar é a lição de Celso Antônio Bandeira de Mello:

"O edital constitui-se no documento fundamental da licitação. Habitualmente se afirma, em observação feliz, que é a sua lei interna". Com efeito, abaixo da legislação pertinente à matéria, é o edital que estabelece as regras específicas de cada licitação. Para tanto, a Administração fica estritamente vinculada às normas e condições nele estabelecidas, das quais não pode se afastar. (...)"

No mesmo sentido assevera José dos Santos Carvalho Filho:

"A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administração ou judicial. (...)"

Sem embargos de doughtas opiniões em sentido contrário, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório assume relevo nuclear para o julgamento das propostas e para a análise da habilitação no presente certame, porquanto constitui verdadeira cláusula de estabilidade do procedimento licitatório: impede, de um lado, a alteração casuística - e, não raro, oportunista - dos critérios de julgamento ao longo do certame; e, de outro, assegura aos interessados previsibilidade, segurança jurídica e plena ciência, desde a publicação do Edital, acerca do conteúdo, extensão e finalidade das exigências formuladas pela Administração Pública, preservando-se, assim, a isonomia, o julgamento objetivo e a própria higidez do procedimento licitatório.

Evita-se, data máxima vênia, qualquer brecha para privilegiar ou perseguir quem quer que seja, em louvor aos princípios da moralidade administrativa, da impessoalidade e da probidade, na medida em que a vinculação ao instrumento convocatório atua como verdadeiro "freio de contenção" contra discricionariedades impróprias: não se admite que a Administração Pública flexibilize, recrudesça ou releia, ao sabor das conveniências do momento, as regras que ela própria estabeleceu; tampouco se tolera que licitantes

pretendam subverter o procedimento mediante interpretações interessadas, exigências extemporâneas ou formalismos não previstos, pois, em ambos os casos, a consequência é a mesma – a corrosão do julgamento objetivo e a ruptura da paridade de armas que deve reger o certame.

Portanto, o Edital torna-se Lei entre as partes, assemelhando-se, em sua estrutura, a contrato de adesão cujas cláusulas são unilateralmente estabelecidas pelo Estado, de modo que o seu descumprimento, quer seja pela Administração Pública, quer seja por qualquer licitante, frustra a própria razão de ser do procedimento licitatório e vulnera, em cadeia, os princípios que conformam a atividade administrativa.

Em sendo lei interna do certame, o Edital e os seus termos atrelam, simultaneamente, a Administração Pública e os particulares, de sorte que o órgão licitante permanece estritamente subordinado aos próprios atos que praticou ao elaborar e publicar o instrumento convocatório, ao passo que os licitantes se vinculam, com igual rigor, às condições previamente definidas, sem atalhos, sem casuísmos e sem reinterpretações oportunistas.

Por conseguinte, não é lícito ao Recorrente pretender introduzir, por via oblíqua, requisitos adicionais de habilitação que simplesmente não constam do instrumento convocatório, como se lhe fosse dado reescrever o Edital após a abertura da disputa, convertendo exigências inexistentes em causas de inabilitação, expediente esse que, além de juridicamente inadmissível, afronta a essência da vinculação ao Edital e da segurança jurídica que deve informar a atuação administrativa.

Na mesma linha, é igualmente vedado transfigurar diferenças meramente formais, desprovidas de qualquer impacto material, desacompanhadas de prova idônea de prejuízo e incapazes de infirmar a substância dos requisitos atendidos pelo Recorrido, em fundamento de inabilitação, sob pena de se instaurar um formalismo estéril, incompatível com a racionalidade do pregão eletrônico e com a finalidade de selecionar a proposta mais vantajosa.

Em última análise, admitir-se a lógica recursal equivaleria a cancelar a violação direta aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da isonomia, da competitividade e, sobretudo, do julgamento objetivo, pois se passaria a tolerar que a derrota em disputa pública fosse “corrigida” por meio de construções retóricas e requisitos inexistentes, em detrimento de quem cumpriu o Edital e foi regularmente declarado habilitado e vencedor.

Aplicando-se, pois, tais premissas ao caso concreto, constata-se que a Comissão de Licitação agiu com absoluta correção ao reconhecer: (i) a validade e higidez da LCVM emitida pelo IBAMA para o produto ofertado; (ii) o atendimento do requisito de potência do trator ofertado, a partir da proposta e do catálogo técnico do fabricante; e (iii) a irrelevância jurídica da “nacionalidade” do produto para fins de aceitabilidade, notadamente porque o Edital admite bens e estrangeiros e, no caso concreto, o Recorrido não utilizou a margem de preferência, o que afasta hipótese de nulidade ou prejuízo ao resultado do certame.

Em contrapartida, o recurso revela-se improcedente porque pretende substituir um juízo objetivo por ilações; pretende subverter a finalidade de documentos técnicos e regulatórios por leituras leigas e interessadas; e pretende, sobretudo, impor à Administração Pública um dever inexistente de desclassificar e/ou inabilitar por requisitos não previstos, como se a mera inconformidade do concorrente pudesse suplantar a vinculação ao Edital.

Portanto, sob qualquer ângulo que se examine, seja pela ausência absoluta de prova do alegado, seja pela impropriedade técnica das premissas recursais, seja pela vedação de criação de exigências não previstas no edital, seja, ainda, pela regularidade documental e procedimental do Recorrido, impõe-se a manutenção integral da decisão administrativa que declarou o Recorrido vencedor do item 23, por se tratar da proposta mais vantajosa e plenamente exequível, em louvor ao interesse público e em estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, segurança jurídica, competitividade, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório.

Por todo o exposto, requer-se que seja negado provimento ao recurso administrativo interposto pelo Recorrente, mantendo-se incólume a r. decisão que declarou o Recorrido vencedor do item 23, do certame, sob pena de violar as cláusulas editalícias, as normas infraconstitucionais e constitucionais citadas nessa defesa e, sobretudo, aos princípios que regem o procedimento licitatório.

Em louvor ao princípio da eventualidade, na remota hipótese desta insigne Comissão de Licitação entender que houve um erro na decisão que declarou o Recorrido vencedor do item 23, do certame, o que se aduna ‘ad argumentandum tantum’, ainda assim não há que se cogitar em desclassificação/inabilitação do Recorrido, porquanto eventual desconformidade na proposta trata-se de erro de natureza formal, passível de correção.

A pretensão recursal, ao converter suposta falha formal em causa automática de desclassificação/inabilitação, afronta a matriz principiológica que governa o processo licitatório contemporâneo, notadamente (i) a distinção entre vício sanável e insanável, e (ii) a vedação ao formalismo exacerbado, sob a exegese da razoabilidade e da proporcionalidade.

Conforme salientado alhures, o Recorrente intenta impor ao procedimento licitatório um raciocínio de “tudo ou nada”: identifica uma suposta desconformidade formal e, sem demonstrar qualquer repercussão sobre a substância do requisito, postula a consequência máxima do rito, como se a Administração Pública estivesse compelida a desclassificar/inabilitar o licitante sem chance de saneamento e sem juízo de adequação entre meio e fim.

Todavia, o ordenamento jurídico – e, com especial nitidez, o próprio Edital – rejeita essa lógica advogada pelo Recorrente:

- Edital:

“8.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. conter vícios insanáveis; (...)

8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

A Administração Pública não está, portanto, autorizada a promover exclusões automáticas por formalidades não essenciais, nem a transformar o procedimento em armadilha burocrática, sobretudo quando a irregularidade alegada não compromete a finalidade do requisito e se revela, quando muito, erro material ou falha de forma suscetível de correção.

Logo, ainda que se abstraísse o vício estrutural e se admitisse, apenas por hipótese, a existência de algum descompasso formal nos documentos apresentados pelo Recorrido, a consequência jurídica jamais deverá ser a exclusão sumária do licitante, pois estaríamos diante de erro material sanável, incapaz de macular a substância do requisito econômico-financeiro e afetar a melhor proposta para a Administração Pública.

Com efeito, a dogmática administrativa distingue, com rigor, o vício que compromete o conteúdo essencial (capacidade econômico-financeira inexistente, índice não atendido, documento falso) daquele que se limita ao plano formal (procuração não exibida no formato esperado, ausência de assinatura válida em documento, divergência redacional e erro de digitação nos documentos). Somente o primeiro grupo comporta, em regra, exclusão automática; o segundo, ao contrário, convoca o regime saneador e o aproveitamento do ato.

Essa distinção é, inclusive, positivada pelo próprio Edital, ao estabelecer que que o desatendimento a exigências formais não essenciais não importará afastamento do licitante, se possível o aproveitamento do ato, observados isonomia e interesse público:

- Edital:

“9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão

fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.”

O Recorrente, entretanto, pretende obliterar essa diferença, como se qualquer divergência formal fosse, por definição, “vício insanável”. Trata-se de exegese incompatível com o texto do Edital e com a racionalidade do procedimento, porque subverte a gradação de consequências prevista na norma do certame e ignora o dever de prestigiar o resultado útil, a competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa.

A mesma lógica se extrai do item 16.5 do Edital, ao dispor que as normas disciplinadoras “serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa”, desde que não comprometidos a finalidade, a segurança da contratação, o interesse da Administração e a isonomia. Quer dizer: entre uma leitura formalista que expulsa licitante por detalhe e outra que preserva a disputa sem afetar a substância, impõe-se a interpretação pró-competitividade.

E não apenas isso. O Edital confere densidade operacional ao regime saneador: o item 9.16 prevê expressamente que, na análise dos documentos de habilitação, a comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada e registrada em ata, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

Note-se: o próprio instrumento convocatório antecipa a hipótese típica deste caso: falhas formais que não tocam o conteúdo e podem ser sanadas sem violação à isonomia. A tese recursal, portanto, ao exigir inabilitação imediata, colide com o próprio desenho normativo do certame, que prevê saneamento e aproveitamento.

De igual modo, o item 9.14 reforça a possibilidade de complementação de informações e apresentação de documentos em prazo exíguo, para fins de aferição de condições de habilitação decorrentes de fatos já existentes à época do certame (item 9.14.1), bem como para suprimento de ausência de documento declaratório unilateral (9.14.3) ou de documento expedido por órgão dotado de fé pública (9.14.4). A ratio é clara: evitar que formalidades secundárias impeçam o exame do mérito da habilitação.

É precisamente sob esse arcabouço que se deve compreender o ponto controvertido: questionar supostas limitações de visualização em ambiente de consulta pública do IBAMA, apontar alegadas divergências quanto à potência do motor com base em capturas de tela externas, ou ainda suscitar debate sobre a nacionalidade do produto ofertado, equivale a discutir, quando muito, aspectos de natureza formal, acessória e plenamente sanável.

Portanto, sob o prisma do princípio da razoabilidade, é juridicamente inadmissível impor a sanção máxima de inabilitação e/ou desclassificação para um evento que, quando muito, demandaria providência mínima (diligência, saneamento, confirmação de assinatura eletrônica, validação em sistema oficial ou reapresentação do mesmo documento em formato mais legível).

A razoabilidade, aqui, opera como critério de adequação entre meio e fim: se a finalidade do requisito é assegurar lastro e responsabilidade técnica, e se isso já está atendido – ou pode ser confirmado por diligência – a medida extrema é desproporcional, excessiva e contrária à racionalidade administrativa.

Sob a exegese consolidada pelo Colendo Tribunal de Contas da União, a Administração Pública deve evitar o formalismo que se converte em obstáculo inútil à competitividade e à seleção da proposta mais vantajosa, sobretudo quando se trate de falha sanável, sem prejuízo à isonomia e sem comprometimento do interesse público. Vejamos:

- Precedentes do Eg. Tribunal de Contas da União:

ACÓRDÃO 1924/2011 – PLENÁRIO Constitui-se excesso de rigor a desclassificação de licitantes por conta de erro formal na apresentação da proposta e da documentação exigida.

ACÓRDÃO 1811/2014 – PLENÁRIO Não restando configurada a lesão à obtenção da melhor proposta, não se configura a nulidade do ato. Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado.

ACÓRDÃO 2546/2015 – PLENÁRIO A existência de erros materiais ou de omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratante realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. Cabe à licitante suportar o ônus decorrente do seu erro, no caso de a Administração considerar exequível a proposta apresentada.

ACÓRDÃO 2742/2017 – PLENÁRIO Estando os preços global e unitários ofertados pelo licitante dentro dos limites fixados pela Administração, é de excessivo rigor a desclassificação da proposta por divergência entre seus preços unitários e respectivas composições detalhadas de custos, por afronta aos princípios da razoabilidade, da ampla competitividade dos certames e da busca de economicidade nas contratações. Referida divergência se resolve com a retificação das composições, sem necessidade de modificações ou ajustes em quaisquer dos valores lançados na proposta a título de preços unitários.

ACÓRDÃO 1487/2019 – PLENÁRIO A mera existência de erro material ou de omissão na planilha de custos e de formação de preços da licitante não enseja, necessariamente, a desclassificação antecipada da sua proposta, devendo a Administração promover diligência junto ao interessado para a correção das falhas, sem permitir, contudo, a alteração do valor global originalmente proposto.

ACÓRDÃO 2290/2019 – Plenário 9.4.3. não-realização de diligências na documentação de habilitação técnica e na proposta da representante (segunda colocada no certame) , que possibilitassem sanear as falhas encontradas, em busca de preservar a possibilidade de contratar proposta mais vantajosa, ou possibilitassem melhor caracterizar o aspecto insanável dessas falhas e/ou a inexecutabilidade dos preços e custos ofertados, sem demonstrar e explicitar a desnecessidade das diligências ou outra razão para sua não realização, contrariando os princípios da economicidade e da transparência e a jurisprudência deste Tribunal (Acórdãos do Plenário 2.546/2015, 2.730/2015, 918/2014, 1.924/2011, e 1.899/2008)

Neste contexto, deve a Administração analisar se o ato, apesar de praticado em desconformidade com a regra prevista na lei ou no edital, teve o poder de atender ao que se pretendia quando fixada a exigência. E, em caso positivo, e, repita-se, inexistindo violação a princípios ou prejuízo ao interesse público, não há falar em nulidade.

Mas, para que essa avaliação seja feita adequadamente, é imprescindível a observância ao Princípio da Razoabilidade e, em última análise, ao bom senso, na interpretação e aplicação das normas vigentes.

Sobre o tema, assevera Marçal Justen Filho (sem grifo):

- Citação doutrinária:

Administração está constrangida a adotar a alternativa que melhor prestigie a racionalidade do procedimento e de seus fins. Não seria legal encampar decisão que impusesse exigências dissociadas da realidade dos fatos ou condições de execução impossível.

O princípio da proporcionalidade restringe o exercício das competências públicas, proibindo o excesso. A medida limite é a salvaguarda dos interesses públicos em jogo. Incumbe ao Estado adotar a medida menos danosa possível, através da compatibilização entre os interesses sacrificados e aqueles que se pretende proteger.

Ainda, é preciso que se visualize o procedimento licitatório não como um

fim em si mesmo, mas como um instrumento para se concretizar o direito material, prestigiando-se o interesse público. É a ideia da instrumentalidade do procedimento, que também há de ser aplicada.

Apesar desse entendimento, escorado na mais abalizada doutrina administrativista e na jurisprudência do TCU, não é incomum verificar distorções em decisões administrativas, cujo se verifica um prestígio ao rigorismo formal desarrazoado, sob a falsa ideia de se estar cumprindo a lei, ou ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

Nestes casos, submetidas as questões em juízo, a ideia de instrumentalidade encontra-se guarida no entendimento dos Tribunais, em especial, do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, pelo repúdio ao formalismo exacerbado, in verbis (sem grifo):

- Precedentes do Col. STJ:

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA TÉCNICA. INABILITAÇÃO. ARGUIÇÃO DE OMISSÃO DO CATÁLOGO. ATO ILEGAL. EXCESSO DE FORMALISMO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. 1. A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta. 2. O ato coator foi desproporcional e desarrazoado, mormente tendo em conta que não houve omissão, pura e simples, da proposta, mas apenas do catálogo, o que não é suficiente para invalidar a proposta, evidenciando claro excesso de formalismo. Precedentes. (MS nº 5.869/DF, rel. Ministra LAURITA VAZ. DJ 07/10/2015).

Destarte, a diligência e o saneamento de eventual vício não constituem mero “favor” ao licitante: são instrumentos legais e editalícios de racionalização do julgamento na busca pela melhor proposta factível.

No caso em concreto, constata-se que a insurgência recursal não aponta qualquer falsidade, qualquer inconsistência de valor ou qualquer inaptidão técnica do Recorrido para celebrar eventual contrato e fornecer as máquinas para o MIDR.

O recurso limita-se a explorar, de forma oportunista, aspectos periféricos e externos ao núcleo das exigências editalícias, tais como: (i) supostas limitações de visualização em ambiente eletrônico de consulta pública do IBAMA, que não se confundem com a validade da LCVM; (ii) alegadas divergências quanto à potência do motor fundadas em capturas de tela descontextualizadas e não autenticadas, em confronto com proposta e catálogo técnico oficial; e (iii) questionamentos laterais sobre a origem do produto, apesar de o Edital admitir bens nacionais e estrangeiros e de o Recorrido não ter se valido da margem de preferência.

Assim, não há dúvidas de que a proposta apresentada pelo Recorrido cumpre os requisitos do instrumento convocatório e seu preço é o mais vantajoso para a Administração Pública, porquanto representa economia em valores exorbitantes, dada a diferença do preço ofertado entre o Recorrido e o Recorrente, devendo eventual erro ser sanado para salvaguardar o legítimo interesse público.

Por fim, a pretensão do Recorrente de substituir o critério jurídico de sanabilidade por um automatismo punitivo sem amparo no Edital, sem demonstração de prejuízo e sem correlação com a finalidade representa típico excesso de formalismo.

É de comum sabença, no entanto, que eventual e inesperada decisão pautada em rigorismo formal desarrazoado não possui guarida no ordenamento jurídico vigente, pois, em termos práticos, implica prejuízo ao interesse público e viola a regra prevista no artigo 12, inciso III, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Em que pese a Administração Pública, em tema de licitação, encontrar-se vinculada às normas e condições estabelecidas no Edital, e, especialmente, ao princípio da legalidade, não deve, contudo, em homenagem ao princípio da razoabilidade, prestigiar de forma exacerbada o rigor formal, sob a exegese

de estar cumprindo a lei, de forma a implicar à absoluta frustração da finalidade do certame.

Em louvor ao princípio da eventualidade, requer-se seja negado provimento ao recurso administrativo, ainda que se reconheça a existência de eventual vício nos documentos do Recorrido, o que se admite por amor ao debate, uma vez que se trata de erro passível de correção, vedado o afastamento do licitante por excesso de formalismo, impondo-se a manutenção da habilitação e do resultado do certame, em prestígio à isonomia, ao interesse público e à finalidade do procedimento licitatório.

III - OS PEDIDOS FINAIS

Por todo o exposto, requer o Recorrido:

(a) seja julgado totalmente improcedente o recurso administrativo interposto pelo Recorrente, devendo ser mantida incólume a r. decisão que declarou o Recorrido vencedor do item 23, do presente certame, por se tratar evidentemente da melhor proposta factível, em louvor aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, privilegiando-se o interesse público;

(b) de forma alternativa, na remota hipótese de se entender que a proposta ofertada pelo Recorrido não atende todas as condições e termos previsto no Edital, o que se admite por amor ao debate, requer seja realizado diligência e/ou facultado a oportunidade para sanar os supostos equívocos para se evitar eventual e inimaginável desclassificação por excesso de rigorismo formal, determinando o retorno do processo a fase de classificação para sanar eventual erro e, após as devidas providencias, aceitar a proposta de preço apresentado pelo Recorrido por se tratar da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, sob pena de levar a efeito certame sujeito a futura anulação.

(c) protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos.

Nestes Termos. Pede espera deferimento.

Pouso Alegre/MG, 07 de janeiro de 2026.

8. MANIFESTAÇÃO ÁREA TÉCNICA

1. O [art. 14 do Decreto nº 11.246/2022](#) e o [art. 29 da IN SEGES/ME nº 73/2022](#) prescrevem que cabe ao agente de contratação verificar a conformidade da proposta mais bem classificada com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório. Contudo, **diante de determinados objetos e assuntos, principalmente aqueles que envolvem alto grau de complexidade técnica, o agente de contratação poderá necessitar de auxílio para formar sua convicção e assim poder decidir**, seja acerca da aceitabilidade das propostas, seja a respeito da comprovação do preenchimento de requisitos de habilitação.

2. Nesses casos, **até por não poder adentrar em temas essencialmente técnicos, cumprirá ao pregoeiro solicitar às áreas técnicas da entidade promotora da licitação a emissão de manifestação técnica que auxilie para formar sua convicção e tomada de decisão**. Inclusive, dependendo da configuração da situação fática, **nada impede que a área técnica também recorra a terceiros estranhos aos quadros da Administração para auxiliar na elaboração dessas manifestações**.

8.1. Dada a manifesta insipiência deste pregoeiro e considerando que os documentos que compõem a proposta de preços são de **caráter técnico**, as razões recursais apresentadas pela licitante MAQCAMPO SOLUÇÕES AGRICOLAS S/A (CNPJ 00.970.771/0003-73), bem como das contrarrazões apresentadas pela licitante XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA (CNPJ 14.707.364/0001-10) foram encaminhadas à EPC, **dada a expertise e o conhecimento técnico acerca do objeto em comento**, para análise e julgamento quanto às **especificações** contidas no Termo

de Referência - Anexo I do Instrumento Convocatório.

8.2. Por sua vez, a EPC manifestou-se por meio do Relatório Circunstanciado (SEI nº 49452724) nos seguintes termos:

O recurso administrativo referenciado em epígrafe suscita supostas irregularidades técnicas, documentais e procedimentais relacionadas à divergência quanto à potência do motor, à inconsistência e insuficiência da LCVM apresentada, à ausência de ensaios e certificações oficiais, bem como à não comprovação inequívoca da nacionalidade do item 23. Apresenta, ainda, os fundamentos de direito e encerra-se com os pedidos.

Por conseguinte, as contrarrazões rebatem as supostas irregularidades suscitadas, explanam fundamentos de direito e objetivam a manutenção da decisão.

De início, traz-se a previsão do Edital que respalda alguns dos procedimentos adotados por essa Equipe de Planejamento da Contratação - EPC na análise que seguir-se-á:

“6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

(...)

6.8. A apresentação das **propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas**, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, **assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos**, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.”

(....)

8.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. conter vícios **insanáveis**; (...)

8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, **desde que insanável.**”

Passa-se, expeditamente, à análise das supostas irregularidades.

A PRIMEIRA IRREGULARIDADE (item 23)

APRESENTAÇÃO DE LCVM INVÁLIDO, EXIGÊNCIA DE ENSAIOS LABORATORIAIS E CERTIFICAÇÃO OFICIAL DO MOTOR

Sobre o tema, a recorrente argumenta:

A empresa XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA., apresentou Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (LCVM) emitida nos últimos dias do mês de dezembro. Todavia, ao proceder à consulta pública junto à base oficial do IBAMA, verifica-se que o referido documento não contém informações essenciais para a verificação de sua regularidade, notadamente: • ausência de dados técnicos do equipamento; • inexistência de identificação clara e inequívoca do motor certificado; • impossibilidade de correlacionar o documento ao modelo efetivamente ofertado na licitação.

Em contrarrazão, a recorrida apresenta:

para o Item 23 foi apresentada a LCVM do Trator XCMG, modelo XT804-5EBR, válida até 31/12/2026, a qual comprova o atendimento à fase MAR-I, do PROCONVE, em estrita consonância com o quanto exigido nas cláusulas 4.2.3 e 4.2.4, do Anexo I – Termo de Referência.

(....) a tese recursal não se sustenta: ainda que o Recorrente, por deficiência de consulta, por limitação de acesso, por parametrização do

sistema do IBAMA, ou por simples desconhecimento do funcionamento do portal, não visualize todos os campos desejados em determinada tela, tal circunstância não se transmuta em vício do documento, nem autoriza concluir, por presunção, a irregularidade da LCVM emitida pelo IBAMA. Ao revés, o próprio recurso apresenta a tela que comprova que a LCVM é verificável por autenticidade, na medida em que confirma que a licença é válida para o Recorrido, com a respectiva identificação do solicitante e número de licença, o que, longe de infirmar, reforça a regularidade da LCVM apresentada neste certame (...) Perceba, Vossa Senhoria, que existe uma contradição interna que fragiliza o recurso em sua própria raiz: ao mesmo tempo em que o Recorrente sustenta que a LCVM não permitiria “verificação objetiva” por suposta ausência de campos, ele próprio reconhece, e se vale, da existência de ambiente oficial específico para validação de autenticidade, mediante o qual se confirma a vinculação do ato ao solicitante e se identifica o número da licença.

Nesse contexto, ressalta-se que a empresa apresentou, ainda em fase de habilitação, Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (Documento: LCVM XT804_5EBR 49357842), válida até 31 de dezembro de 2026. O referido documento abrange marca/modelo/versão: **I/MA XCMG/XT804_5EBR/** e o motor: **SC4H80.5G3**, especificações estritamente convergentes com o catálogo técnico apresentado e negligenciadas pela recorrente.

No que tange à pretendida diligência complementar sobre a Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (LCVM), cumpre salientar que tal documento, expedido pelo IBAMA, constitui ato administrativo dotado de presunção de legitimidade e veracidade. Tratando-se de documento público oficial, é defeso à Administração recusar-lhe fé, por força do art. 19, II, da Constituição Federal, c/c o art. 117, III, da Lei nº 8.112/1990, de modo que sua validade subsiste enquanto não sobrevier prova inequívoca em contrário. Por conseguinte, o dever de diligência deve restringir-se ao saneamento de dúvidas fundadas mediante prova robusta e inequívoca de nulidade, falsidade, invalidade ou omissões, não se prestando a questionar documentos que já ostentam fé pública, com plena eficácia jurídica.

Neste diapasão, deve-se consignar que a recorrida apresentou a licença e anexou o documento aos autos (Documento: LCVM XT804_5EBR 49357842), assim como demonstrou, reiteradamente, elementos de confirmação entre a LCVM formal apresentada e validação no ambiente público do IBAMA, confirmando-se que o referido documento contém informações essenciais para a verificação de sua regularidade. Ademais, no caso em tela, a licença apresentada possui certificação digital (ICP-Brasil), o que garante, por si só, a autenticidade e a integridade da autoria, tornando desprovidos qualquer averiguação adicional. Portanto, exigir que a Administração diligencie sobre um documento público digitalmente autenticado configuraria excesso de formalismo, o que atenta contra o Princípio da Eficiência e a celeridade procedimental.

Não obstante, quanto a alegada ausência de apresentação de ensaios laboratoriais e outros documentos internos ao procedimento de licenciamento ambiental e certificação oficial do motor, os subsídios técnicos que fundamentam a expedição da LCVM — tais como laudos e ensaios — integram o processo regulatório conduzido pelo IBAMA, possuindo natureza diversa dos documentos de habilitação previstos no instrumento convocatório, com os quais não se confundem.

Logo, depreende-se da manifestação acima que a LCVM apresentada pela recorrida está em conformidade ao previsto no edital.

Portanto, quanto ao pedido relativo à "Primeira Irregularidade", conhecemos do recurso e negamos-lhe provimento.

A SEGUNDA IRREGULARIDADE (item 23)

DIVERGÊNCIA QUANTO À POTÊNCIA DO MOTOR E O INTERVALO EDITALÍCIO

Sobre o tema, a recorrente argumenta:

O edital exige trator com Potência limitada entre 70 CV e 80 CV, porém, no site oficial do próprio fabricante XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA., divulga que o modelo XT804-5EBR possui potência de 100 CV. Tal divergência não configura falha formal ou mero erro material, mas sim inconsistência técnica substancial, pois atinge característica essencial do equipamento, diretamente relacionada à conformidade do objeto com o edital.

(...)

A eventual aceitação de equipamento com potência superior ao limite máximo previsto no edital configura descaracterização do objeto licitado

Em contrarrazão, a recorrida apresenta:

A referida página oficial não se limita a exibir informações resumidas em ambiente web, mas disponibiliza para download o catálogo técnico do próprio produto, contendo as especificações completas do modelo ofertado, inclusive a identificação do conjunto motriz e a potência nominal, em documento estruturado, padronizado e destinado precisamente a veicular informações técnicas verificáveis ao mercado.

Trata-se de circunstância juridicamente relevante, pois afasta, de modo objetivo, a tentativa do Recorrente de sustentar “divergência” com base em captura de tela isolada e não autenticada: ao disponibilizar o catálogo oficial para download, o site oferece fonte documental íntegra e rastreável, apta a comprovar, de forma inequívoca, que o trator XT804-5EBR é equipado com motor SC4H80.5G3, com potência de 80 CV, exatamente como declarado na proposta e exigido no Termo de Referência.

Note-se, novamente, o que traz o Edital:

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

(...)

6.8. A apresentação das **propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas**, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, **assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos**, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

Da análise do acervo probatório, constata-se a estrita identidade entre o catálogo colacionado ao certame e o material publicizado no sítio eletrônico do fabricante. Tal convergência ratifica a integridade das especificações técnicas — notadamente quanto ao conjunto motor, potência e regime de emissões — e elide, de forma objetiva, qualquer alegação de divergência técnica. Ademais, o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), ao confrontar as características do trator XCMG, modelo **XT804-5EBR** (motor **SC4H80.5G3**), com o Termo de Referência, atestou o pleno atendimento ao requisito de potência para o Item 23.

Por conseguinte, a declaração de conformidade emitida pelo Recorrido formaliza sua vinculação às condições editalícias, obrigando-o à entrega de objeto que observe estritamente os parâmetros de 80 CV e a qualidade técnica exigida para a execução contratual.

Não há qualquer margem jurídica para o Recorrido fornecer Trator diverso daquele descrito na proposta e vinculado ao presente certame, sob pena de

incorrer em sanções de natureza administrativa, civil e penal. Com efeito, o Edital e seus anexos preveem expressamente a recusa do objeto em caso de divergência técnica, sem prejuízo da responsabilização pela inexecução contratual e da subsunção da conduta ao tipo penal previsto.

Portanto, quanto ao pedido relativo à "Segunda Irregularidade", conhecemos do recurso e negamos-lhe provimento.

A TERCEIRA IRREGULARIDADE (item 23)

AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA NACIONALIDADE DO TRATOR

Sobre o tema, a recorrente argumenta:

A empresa XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA., afirma que o trator agrícola ofertado é de fabricação nacional. Todavia, não é suficiente capaz de comprovar, de forma inequívoca, a origem nacional do equipamento.

(...)

A simples alegação de nacionalização, desacompanhada de documentação idônea, não atende ao comando editalício, nem satisfaz o disposto no art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que impõe a comprovação objetiva e verificável da qualificação técnica do objeto ofertado.

Em contrarrazão, a recorrida apresenta:

O instrumento convocatório não condiciona a aceitação do Item 23 à prova de "produto nacional", tampouco estabelece qualquer vedação à oferta de bens de origem estrangeira; ao revés, o próprio Edital disciplina a hipótese de participação de empresas estrangeiras, inclusive com regramento de documentos equivalentes, tradução e apostilamento, o que evidencia que a nacionalidade não é elemento impeditivo do certame.

Assim, a alegação recursal, ao insinuar irregularidade pela suposta origem do produto, incorre em inovação argumentativa: tenta transformar uma categoria instrumental (origem para fins de preferência) em requisito substancial do objeto, como se o Edital houvesse restringido o universo competitivo a bens "nacionais", o que simplesmente não ocorreu.

Salienta-se que inexistente, no instrumento convocatório, óbice à oferta de bens de procedência estrangeira ou condicionante que restrinja a aceitação dos itens à produção nacional. Pelo contrário, o edital disciplina expressamente a participação de licitantes estrangeiros, conforme o item 9.2, inclusive quanto à documentação equivalente, tradução e apostilamento, o que ratifica a inexistência de restrição quanto à origem ou nacionalidade do objeto.

Sob a ótica do instrumento convocatório, a qualificação de produto como 'nacional' destina-se, exclusivamente, à fruição do instituto da margem de preferência, técnica de julgamento voltada ao fomento de bens manufaturados nacionais. O próprio edital, no item 8.4.1 preceitua que a ausência de comprovação dos requisitos para tal benefício acarreta, tão somente, a reclassificação das propostas para fins de novo cálculo do certame, e não a desclassificação da licitante.

Nesse sentido, resta evidenciada a regularidade da proposta do Recorrido, o qual declinou do referido benefício ao declarar a inexistência de conteúdo nacional. Tal circunstância foi expressamente ratificada pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) no **Despacho 22 (49358725) SEI 21000.042507/2025-77**, que consignou a inaplicabilidade da margem de preferência ante a opção da licitante.

Portanto, quanto ao pedido relativo à "Terceira Irregularidade", conhecemos do recurso e negamos-lhe provimento

9. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

9.1. A finalidade da licitação é de satisfazer o interesse público e buscar a proposta mais vantajosa, desde que esta cumpra às exigências estabelecidas no instrumento convocatório, que se faz lei entre as partes, como também respeitar os princípios constitucionais e administrativos.

3. O [art. 14 do Decreto nº 11.246/2022](#) e o [art. 29 da IN SEGES/ME nº 73/2022](#) prescrevem que cabe ao agente de contratação verificar a conformidade da proposta mais bem classificada com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório. Contudo, **diante de determinados objetos e assuntos, principalmente aqueles que envolvem alto grau de complexidade técnica, o agente de contratação poderá necessitar de auxílio para formar sua convicção e assim poder decidir**, seja acerca da aceitabilidade das propostas, seja a respeito da comprovação do preenchimento de requisitos de habilitação.

4. Nesses casos, **até por não poder adentrar em temas essencialmente técnicos, cumprirá ao pregoeiro solicitar às áreas técnicas da entidade promotora da licitação a emissão de manifestação técnica que auxilie para formar sua convicção e tomada de decisão**. Inclusive, dependendo da configuração da situação fática, **nada impede que a área técnica também recorra a terceiros estranhos aos quadros da Administração para auxiliar na elaboração dessas manifestações**.

9.2. Conforme pode ser observado no pronunciamento da EPC, quanto aos pedidos relativos as três supostas irregularidades apontadas pela recorrente, **a área técnica opinou para que o recurso seja conhecido e negado o seu provimento**.

9.3. Nesse sentido, com arrimo na manifestação da EPC (SEI nº 49452724), uma vez que esta possui a *expertise* do objeto da pretensa contratação, **ACOLHO** as manifestações da recorrida XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA (CNPJ 14.707.364/0001-10), em sede de contrarrazões, frente aos argumentos da recorrente MAQCAMPO SOLUÇÕES AGRÍCOLAS S/A (CNPJ nº 00.970.771/0003-73), proferidos em suas razões recursais, por seus próprios fundamentos, amparando-se ainda no que prescreve o [Acórdão nº 1217/2023 - Plenário do TCU](#), Relator Ministro Benjamin Zymler, que assim estabelece:

Ementa: É irregular a desclassificação de proposta vantajosa à Administração por erros formais ou vícios sanáveis por meio de diligência, em face dos princípios do formalismo moderado e da supremacia do interesse público, que permeiam os processos licitatórios.

10. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

10.1. Por todo o exposto, recebo os recursos interpostos por atender aos requisitos de admissibilidade. Contudo, seus argumentos não suscitam viabilidade de reconsideração dos procedimentos adotados.

10.2. Com fulcro no artigo 165 da Lei nº 14.133, de 2021, conheço das razões recursais da licitante **MAQCAMPO SOLUÇÕES AGRÍCOLAS S/A (CNPJ nº 00.970.771/003-73)** para, **no mérito**, **NEGAR PROVIMENTO**, razão pela qual **MANTENHO A DECISÃO** que declarou a licitante **XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA (CNPJ 14.707.364/0001-10)** vencedora do Item 23 do Pregão Eletrônico nº 90024/2025, julgando os pedidos da recorrente **IMPROCEDENTES**.

10.3. Submeto os autos à consideração superior para conhecimento, análise e decisão dos recursos administrativos em pauta.

KLEBER DE LIMA MORAIS

Agente de Contratação/Pregoeiro

[Portaria SPOA/MAPA nº 927/2025](#)

1. Ciente e de acordo com os pressupostos fáticos trazidos à baila pelo pregoeiro ao longo deste expediente.
2. Considerando a instrução processual e a decisão de não procedência do pregoeiro, com arrimo nas atribuições conferidas na alínea "b" do inciso II do artigo 1º da [Portaria SE/MAPA nº 59/2025](#) e com fulcro no artigo 165 da Lei nº 14.133, de 2021, conheço das razões recursais da licitante **MAQCAMPO SOLUÇÕES AGRICOLAS S/A (CNPJ nº 00.970.771/003-73)** para, no mérito, **NEGAR PROVIMENTO**, razão pela qual **MANTENHO A DECISÃO DO PREGOEIRO** que declarou a licitante **XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA (CNPJ 14.707.364/0001-10)** vencedora do Item 23 do Pregão Eletrônico nº 90024/2025, julgando os pedidos da recorrente **IMPROCEDENTES**.
3. Restituam-se os autos à Coordenação de Gestão de Licitações (CLIC) para conhecimento e demais providências.

LARISSA TIMO ALMEIDA

Coordenadora-Geral de Aquisições - Substituta

Processo número: 21000.042507/2025-77

Documento SEI nº: 49568919



Documento assinado eletronicamente por **KLEBER DE LIMA MORAIS, Pregoeiro(a)**, em 12/01/2026, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Larissa Timo Almeida, Coordenador(a)-Geral Substituto(a)**, em 12/01/2026, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

[https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **49568919** e o código CRC **85297A3E**.